

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

ANDRESA LÉDO NEGRÃO LIMA

A NATUREZA ESTRATÉGICA DAS ALIANÇAS
ELEITORAIS FEITAS PELOS PARTIDOS DE
ESQUERDA NO PARÁ DE 1998 A 2010.

BELÉM
2021

Andresa Lédo Negrão Lima

**A NATUREZA ESTRATÉGICA DAS ALIANÇAS
ELEITORAIS FEITAS PELOS PARTIDOS DE
ESQUERDA NO PARÁ DE 1998 A 2010.**

Dissertação apresentada ao curso Maestría
Estado, Gobierno y Políticas Públicas da
Faculdade Latino-Americana de Ciências
Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte
dos requisitos necessários à obtenção do título
de Magíster em Estado, Gobierno y Políticas
Públicas.

Orientadora: Profa.D.ra Ma Beatriz Rodrigues Sanchez

**BELÉM
2021**

Ficha Catalográfica

LIMA, Andresa Lédo Negrão

A natureza estratégica das alianças eleitorais feitas pelos partidos de esquerda no Pará de 1998 a 2010 / Andresa Lédo Negrão Lima.
Belém: FLACSO/FPA, 2021.

85 f.:il

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas),
Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu
Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, ano.

Orientadora: Beatriz Rodrigues Sanchez

Andresa Lédo Negrão Lima

A NATUREZA ESTRATÉGICA DAS ALIANÇAS ELEITORAIS FEITAS
PELOS PARTIDOS DE ESQUERDA NO PARÁ DE 1998 A 2010.

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster em Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Aprovada em:

Profa. D.ra Ma Beatriz Rodrigues Sanchez
FLACSO Brasil/FPA

Prof. D.r Me Marcelo Prado Ferrari Manzano
Universidade Estadual de Campinas

Profa. Ma Alessandra Felix de Almeida
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Profa. D.ra Ma Juliete Miranda Alves
Universidade Federal de Campina Grande

*À minha vó Helena (in memorian), minha
inspiração; à minha mãe Cacilda, minha maior
incentivadora, e à minha filha Adriana, pela
compreensão.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela permissão;

À minha amiga/irmã Sheyla, por sua valiosa contribuição técnica;

À minha mãe Cacilda, por nossos construtivos e valorosos debates;

Ao colega Vicente, pela contribuição na revisão do projeto dessa pesquisa;

À minha companheira Delma, por sua paciência e apoio;

À profa. Beatriz, por guiar-me com sabedoria e doçura nesse árduo caminho;

Às instituições, Flacso e Fundação Perseu Abramo, pela oportunidade de realização desse sonho e materialização do que resistimos e lutamos.

“Quem, na sua visão do social, coloca ênfase na justiça, é de esquerda. Quem a coloca na eficácia do lucro, é de direita.”

(Ariano Suassuna)

RESUMO

A importância deste estudo dos sistemas eleitorais e partidários reside em sua centralidade para a compreensão dos objetivos partidários da esquerda, na eleição de representantes para a Assembleia Legislativa do Pará. A análise da natureza estratégica das alianças eleitorais feitas pelos partidos de esquerda no Pará de 1998 a 2010 permite observar a influência dos sistemas partidários e eleitorais brasileiros na consolidação dos objetivos partidários da esquerda e como os conteúdos programáticos ou de ideologia dos partidos influenciam na escolha de seus parceiros de coligação. Assim, a presente pesquisa busca apresentar os principais contornos dos sistemas eleitorais, de forma a estabelecer o papel que estes exercem nas estratégias das alianças eleitorais feitas pelos partidos de esquerda no Pará, no período de 1998 a 2010. Para tanto, inicialmente, foi feito um apanhado teórico geral, abordando-se os conceitos de Sistema Eleitoral e de Sistemas Partidários, suas possíveis classificações e também a função e importância das eleições. Em seguida, passou-se ao estudo dos sistemas eleitorais propriamente ditos, em que foram abordados o Sistema Eleitoral e os Sistemas Partidários no Brasil, como também a análise das alianças eleitorais feitas pelos partidos de esquerda no estado do Pará. Concluiu-se que a formalização de coligações proporcionais se dá de maneira informal e que os fatores ideológicos pouco interferiram nas alianças para a Assembleia Legislativa do Pará, de 1998 a 2020, que foram pautadas pela racionalidade com objetivo de bom desempenho eleitoral.

Palavras-Chave: Sistemas Eleitorais e Partidários; Partidos de Esquerda; Alianças Eleitorais.

ABSTRACT

The importance of this study of electoral and party systems lies in its centrality for understanding the party's objectives of the left, in the election of representatives to the Legislative Assembly of Pará. Analysis of the strategic nature of electoral alliances made by left-wing parties in Pará from 1998 to 2010 allows us to observe the influence of Brazilian party and electoral systems in the consolidation of party objectives of the left and how the programmatic or ideology contents of the parties influence the choice of their coalition partners. Thus, this research seeks to present the main contours of electoral systems, in order to establish the role they play in the strategies of electoral alliances made by left-wing parties in Pará, from 1998 to 2010. For that, initially, it was done a general theoretical overview, approaching the concepts of Electoral System and Party Systems, their possible classifications and also the function and importance of elections. Then, the study of the electoral systems themselves, in which the Electoral System and the Party Systems in Brazil were approached, as well as the analysis of the electoral alliances made by the left-wing parties in the state of Pará. The formalization of proportional coalitions takes place informally and ideological factors hardly interfered in the alliances for the Legislative Assembly of Pará, from 1998 to 2020, which were guided by rationality with the objective of good electoral performance.

Key words: Electoral and Party Systems; Left parties; Electoral Alliances.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS	Nomenclatura	pág.
01	Classificação dos partidos políticos brasileiros	32
02	A estratégia das coligações dos partidos de esquerda à Assembleia Legislativa do estado do Pará, nas eleições de 1998	52
03	Vagas conquistadas pelas coligações e partidos de esquerda nas eleições de 1998, no Pará	56
04	A estratégia das coligações dos partidos de esquerda à Assembleia Legislativa do estado do Pará, nas eleições de 2002	58
05	Vagas conquistadas pela coligações e partidos de esquerda do Pará, nas eleições de 2002	61
06	A estratégia das coligações dos partidos de esquerda à Assembleia Legislativa do estado do Pará, nas eleições de 2006	63
07	Vagas conquistada pelas coligações e partidos de esquerda no Pará, nas eleições de 2006	66
08	A estratégia das coligações dos partidos de esquerda à Assembleia Legislativa do estado do Pará, nas eleições de 2010	68
09	Vagas conquistadas pelas coligações e partidos de esquerda nas eleições de 2010, no Pará	72
1	QUADROS	
11	Classificação das coligações proporcionais nas eleições de 1998, no Pará.	55
12	Classificação das coligações proporcionais nas eleições de 2002, no Pará.	60
13	Classificação das coligações proporcionais nas eleições de 2006, no Pará.	65
14	Classificação das coligações proporcionais nas eleições de 2010, no Pará.	70

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 DISCUSSÃO TEÓRICA.....	13
2.1 SISTEMAS PARTIDÁRIOS E ELEITORAIS.....	13
2.1.1 Sistema Partidário Brasileiro.....	20
2.1.2 Sistema Eleitoral Brasileiro.....	29
2.2 COLIGAÇÕES ELEITORAIS NO BRASIL.....	31
2.3 ESQUERDA E DIREITA: CONCEITOS EM MUDANÇAS.....	35
2.4 O JOGO DAS REGRAS.....	43
2.5 AS ALIANÇAS DOS PARTIDOS DE ESQUERDA NAS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARÁ DE 1998 A 2010 E O NÚMERO DE VAGAS CONQUISTAS.....	46
3 ANÁLISE DOS DADOS ELEITORAIS DE 1998 A 2010 NO PARÁ.....	49
3.1 METODOLOGIA.....	49
3.2 AS COLIGAÇÕES DOS PARTIDOS DE ESQUERDA NA ELEIÇÃO DE 1998 NO PARÁ E SUAS CONQUISTAS.....	51
3.3 A ESQUERDA E SUAS COLIGAÇÕES PARA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARÁ NAS ELEIÇÕES DE 2002 E SUAS CONQUISTAS.....	57
3.4 A ALIANÇA DOS PARTIDOS DE ESQUERDA PARA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARÁ EM 2006 E SUAS CONQUISTAS.....	62
3.5 AS ALIANÇAS PARA A DISPUTA ELEITORAL DOS PARTIDOS DE ESQUERDA NA BUSCA POR VAGAS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARÁ EM 2010 E SUAS CONQUISTAS.....	68
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS.....	82

1 INTRODUÇÃO

A identificação da influência que os sistemas partidários e eleitorais brasileiros exercem na consolidação dos objetivos partidários da esquerda no Pará, na eleição de representantes para a Assembleia Legislativa do Pará será, o nosso objeto de estudo nesta pesquisa. Procuramos saber também como os conteúdos programáticos ou ideológicos dos partidos influenciam nas escolhas de seus parceiros de coligação, dentro do grau de proximidade ou afastamento de esquerda, o que nos possibilitou responder a seguinte pergunta: qual a natureza estratégica das alianças eleitorais feitas pelos partidos de esquerda no Pará, de 1998 a 2010?

A delimitação desta pesquisa está restrita aos partidos de esquerda e suas alianças na busca de eleger representantes para a Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), no período de 1998 a 2010. Nosso objetivo geral consiste em interpretar a natureza estratégica das alianças eleitorais feitas pelos partidos de esquerda no Pará de 1998 a 2010. Já os objetivos específicos, consistem em compreender a influência dos sistemas partidários e eleitorais brasileiros na consolidação dos objetivos partidários da esquerda no Pará e identificar como os conteúdos programáticos ou de ideologia dos partidos que influenciam na escolha de seus parceiros de coligação.

Cabe destacar a insuficiência de dados e informações sobre o tema, somando-se o recorrente problema de carência de indicadores operacionalizáveis que concordem com os diversos níveis apresentáveis. Assim, essa dissertação realiza uma revisão da literatura sobre sistemas partidários e eleitorais brasileiros, com ênfase nas estratégias de coligações dos partidos de esquerda, apontando algumas limitações em termos teóricos e empíricos. A escolha do tema foi impulsionada por variados questionamentos sobre a necessidade de a esquerda no Pará fazer coligações de aproximação com partidos que nem sempre comungavam da mesma ideologia.

O trabalho foi estruturado em três capítulos. O primeiro faz uma discussão teórica, que trata dos sistemas partidários e eleitorais de maneira geral, nos dando uma compreensão dos sistemas partidários e eleitorais brasileiros e, por

consequente, possibilitando o entendimento dos objetivos partidários da esquerda no Pará.

O segundo capítulo trata dos procedimentos metodológicos e as técnicas de pesquisa aplicadas nesse estudo. Utilizou-se a proposta de pesquisa explicativa, com métodos mistos, buscando conciliar dados quantitativos e, dessa forma, transformando dados em informações.

No capítulo seguinte, apresentou-se a análise dos dados desenvolvida com o uso de testes estatísticos multivariados de natureza quantitativa, sendo as principais fontes de dados os resultados eleitorais obtidos no repositório do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), dos anos de 1998, 2002, 2006 e 2010. Dessa forma, foi possível conhecer e compreender o comportamento eleitoral das esquerdas no Pará, do sistema partidário de uma maneira geral, além da prática coligacionista.

Ao fim desse trabalho, concluiu-se que o sistema eleitoral e partidário surgiu com a perspectiva de melhorar a escolha dos representantes, com transparência e fácil controle da população. No sistema brasileiro de lista aberta, o voto não fortalece o partido, visto que o vínculo se dá diretamente entre candidato e eleitor e o partido fica em segundo plano. Assim, conjecturou-se que a formalização de coligações proporcionais se dá de maneira informal e que os fatores ideológicos pouco interferiram nas alianças para a Assembleia Legislativa do Pará, de 1998 a 2020, pautadas pela racionalidade e com objetivo de bom desempenho eleitoral.

2 DISCUSSÃO TEÓRICA

2.1 SISTEMAS PARTIDÁRIOS E ELEITORAIS

Os estudos sobre sistemas partidários têm sido objeto de estudo da Ciência Política há um tempo. No caso da presente pesquisa, tornou-se fundamental observar as mais diversas análises dos sistemas partidários e eleitorais a fim de conhecer e compreender melhor o perfil dos sistemas brasileiros e, mais especificamente, observar o grau de influência que estes exercem na consolidação dos objetivos partidários da esquerda no Pará, na eleição de representantes para a Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA). Um estudo mais geral sobre os sistemas partidários e eleitorais possibilitou uma compreensão mais profunda do sistema político brasileiro, o que, por sua vez, foi fundamental para responder a seguinte pergunta: qual a natureza estratégica das alianças eleitorais feitas pelos partidos de esquerda no Pará de 1998 a 2010? O intuito da presente pesquisa foi identificar como os conteúdos programáticos ou as ideologias dos partidos influenciam nas escolhas de seus parceiros de coligação, ou seja, dentro do grau de proximidade ou afastamento do eixo ideológico da esquerda.

Nesta perspectiva, ressalta-se que um dos primeiros trabalhos sobre o sistema partidário foi de Maurice Duverger (1967) que estabelece as primeiras tipologias ao analisar países democráticos, diferenciando-os em bipartidários e multipartidários. O bipartidarismo seria um estado natural da democracia, já que o autor defende que não haver meio termo nas decisões políticas, ou seja, a cada decisão tomada ocorre naturalmente uma oposição a confrontá-la. Então, o bipartidarismo se consolidaria, mesmo em um ambiente onde ocorra a existência de terceiros partidos, desde que estes não impeçam os dois partidos dominantes de governarem sozinhos. Assim, esses governos teriam que estar dentro da estrutura institucional de alternância do poder entre os dois partidos dominantes. É importante lembrar, que mesmo ocorrendo um processo dualista natural, pode ser que este nem sempre esteja representado em partidos, e sim em tendências de demandas exigidas pela sociedade de forma geral.

Desse modo, o bipartidarismo em que os partidos se colocam de acordo com as regras e fundamentos da organização e direção do Estado, num determinado regime político, é, para Duverger (1967), o único tipo possível, tendo em vista; que ele não assume qualquer estrutura totalitária que os partidos possam ter, sendo por isso, necessário à estabilidade do sistema político. Nessa caracterização feita pelo teórico, o formato bipartidário se manifesta no número de cadeiras ou cargos políticos que os partidos dominantes adquirem nos sufrágios eleitorais.

No caso do multipartidarismo, Duverger (1967) caracteriza-o como o sistema em que haja no mínimo três ou mais partidos no processo de disputa pelo poder do Estado, onde a representação tem que estar devidamente distribuída em cadeiras no parlamento ou cargos políticos entre tais partidos. Para que o sistema possa ser considerado pluripartidário, o surgimento do multipartidarismo está relacionado diretamente com o grau de independência que os partidos opositoristas mantêm entre si.

No estudo sobre os sistemas partidários, Duverger (1967) identifica dois modelos (bipartidarismo e multipartidarismo), característicos do sistema eleitoral e podem influenciá-los diretamente em suas formas assumidas, no tempo e no espaço, em determinados países. Entretanto, entende que as variedades do sistema eleitoral, tais como: o sistema proporcional, o majoritário simples e o de dois turnos influenciam diretamente sobre o número, natureza e estrutura dos partidos políticos e ainda, sobre o padrão de relacionamento entre eles e estabelece, a partir dessas constatações, suas leis sociológicas nas quais, cada um desses sistemas tende a conduzir a um sistema particularizado e específico de partidos.

As teorias formuladas por Duverger (1967) relacionam os sistemas eleitorais aos sistemas partidários, ou seja, mostram as tendências que estas assumem como, por exemplo; os escrutínios majoritários de único turno tendendo ao dualismo de partidos; a representação proporcional a um sistema de partidos múltiplos, consolidados e independentes; o escrutínio majoritário de dois turnos a um sistema de partidos múltiplos, com pouca rigidez e independentes.

Em suas análises, Duverger (1967) diz que as tendências que um sistema partidário assume, em determinado país, baseiam-se principalmente no número de cadeiras no parlamento ou cargos políticos que os partidos venham a ocupar no Executivo e ainda, o quanto deles estariam representados, como os elementos

caracterizadores de determinado sistema. Sendo assim, os escrutínios regidos pelo sistema eleitoral são o crivo que vão consolidar os sistemas partidários dentro de suas especificidades, interferindo nas estruturas partidárias e na relação que os partidos passam a desempenhar entre si, na busca da consolidação dos seus objetivos.

Ao aprofundar as análises sobre os sistemas partidários, Giovanni Sartori (1982) credita na insuficiência nos critérios apenas numéricos mencionados por Duverger (1967) na classificação dos sistemas em bipartidários ou multipartidários e acrescenta, além do fator numérico de análise, a relevância ideológica dos partidos políticos. Desta forma, Sartori (1982) observa duas regras para medir o grau de relevância de um partido, que são: o *potencial de realizar coalizões* e o *poder de chantagem dos partidos*. No caso da primeira regra, um partido é considerado irrelevante para uma coalizão, sempre que mantenha no decorrer do tempo desnecessária a sua integração em qualquer coalizão majoritária possível. Por outro lado, é relevante quando este tem plenas condições ao longo do tempo de formação de pelo menos uma possível maioria parlamentar.

Na segunda regra, o grau de importância de um partido é mensurado pela experiência, ou aparência refletida em sua tática na competição partidária, ou seja, no seu desempenho ao jogar as regras do jogo, principalmente quando tem o poder de mudar os rumos da agenda de governo, vale dizer, uma mudança de direção no que se refere às disputas pelo poder do governo.

Sartori (1982) afirma que, mais importante do que contar os números de partidos existentes, é analisar a força que torna esses partidos relevantes, ou mesmo, as fraquezas que os tornam irrelevantes no processo de competição partidária. Contudo, embora não seja possível mensurar a força de um partido de forma milimétrica, alguns países estabelecem cláusulas de barreiras, em que os partidos que não obtiverem um percentual mínimo exigido dos votos em determinada eleição, têm sua existência comprometida ou ficam sem representação parlamentar, obedecendo às determinadas exigências que são implementadas nos países que as adotam. Cumpre frisar, que tais cláusulas de barreira variam de um país para outro.

Ao abordar o tema da força partidária, Sartori (1982) afirma que primeiramente a força eleitoral que um partido pode obter é um determinado número de cadeiras no parlamento que conseguir conquistar eleitoralmente para o

parlamento, e também, com a eleição de governos do Executivo. Acrescenta-se a isso, o potencial de governo de coalizão que se manifesta no grau de importância que determinado partido tem para a formação de uma união com outros partidos em torno do governo. Entretanto, Sartori (1982) observa que mesmo manifestando força eleitoral, pode ser que determinado partido não exerça um potencial de coalizão que o coloque no papel de destaque. Ele acredita que o potencial de coalizão está relacionado com a coerência ideológica dos partidos e a permissividade do sistema para que este venha a ser desempenhado.

Nesta perspectiva, Downs (1999) diz que o partido político é uma associação de homens dos mais diversos interesses, que se unem no sentido de minimizar o custo da satisfação dos mesmos. Por isso, a explicação que se dá para o surgimento de novos partidos está diretamente ligada ao fato de determinado número de eleitores não se verem representados em seus anseios imediatos nas agremiações partidárias existentes. Por isso é importante, sobretudo, que haja organizações partidárias atuando como canalizadoras dos interesses da sociedade no jogo político das democracias representativas e suas instituições e sistemas, pois é inviável a ocupação dos espaços de poder político pelas massas da sociedade. Portanto, é necessário que se tenham partidos de representação dos interesses mais imediatos junto ao poder político constituído.

A contribuição de Michels (1982) para essa pesquisa é que, a partir da análise do desenvolvimento dos partidos operários, compreende-se que é crucial a presença de representantes que possam assegurar a realização da vontade das massas, seja para dentro ou fora dos partidos políticos. É nessa arena (no grupo de liderança dos operários) onde encontra-se, mesmo nos grupos mais democraticamente formados, a delegação dos assuntos cotidianos, até as mais importantes decisões a serem tomadas pela agenda do partido por indivíduos que fazem parte da agremiação partidária. É importante compreender que, a princípio, esta delegação não coloca os indivíduos em posição superior a dos demais membros do partido, ou seja, há uma continuação na posição de igualdade, só que na condição de servidores da massa do partido. Contudo, à medida que as relações se desenvolvem no tempo e dentro dos marcos dos sistemas políticos, há a necessidade de os mesmos fazerem de seus quadros dirigentes políticos profissionais.

Torna-se imprescindível uma especialização técnica dos dirigentes partidários para conduzir os negócios do partido. O poder de decisão intrapartidário passa a ser concentrado nas mãos dos seus dirigentes, e a consequência dessa ação faz com que os demais membros tenham uma menor influência sobre as decisões do partido, o que faz da classe dirigente e especializada um estamento com poderes cada vez mais autônomos em relação à massa partidária. À medida que as máquinas partidárias ficam mais complexas e numerosas, os mecanismos de organização dos partidos dão nova conotação na sua composição, dividindo os mesmos entre uma minoria dirigente e uma maioria dirigida. Desse modo, os partidos políticos, como toda e qualquer organização, teriam uma forte tendência para a configuração de oligarquias internas que, ao conquistarem de forma sistemática o seu controle sobre o partido, tornam cada vez mais ilusório o direito de controle atribuído à massa partidária (MICHELS, 1982).

Nessa lógica, entende-se que tais agremiações atuam dentro dos limites que o sistema partidário e eleitoral os impõem como condicionantes para se chegar ao poder político, seja ele constituído no Legislativo ou no Executivo.

Observa-se que as máquinas partidárias são a reprodução dos sistemas partidários, que agem no sentido de maximizar a satisfação dos seus interesses aos menores custos possíveis, apropriando-se das regras que instituem e legitimam o jogo pelo poder político. No entanto, cabe ressaltar também que os partidos são produtos das inquietações da sociedade. No caso específico do multipartidarismo, ele é o resultado da pluralidade de partidos políticos.

Sobre a institucionalização dos partidos, Mainwaring et al. (2001) assegura que, o grau em que os partidos se encontram institucionalizados é a principal variável que diferencia as novas democracias (de terceira onda) das democracias consolidadas (TAROUCO, 2010). Tarouco usa a definição de Janda que diz que o partido institucionalizado, é uma organização independente de seus líderes, pois estes são passageiros, e que tenha o seu papel definitivamente reconhecido pela opinião pública (TAROUCO, 2010). Reconhecemos que tal caracterização, ainda assim, é limitada para definir o grau de institucionalização de um partido ou do conjunto deles. Desta forma, a participação eleitoral é uma variável do grau de institucionalização partidária e nos fornece alguns elementos que, no caso da presente pesquisa, podem ajudar a compreender a natureza das alianças dos partidos de esquerda no Pará no período de 2002 a 2010.

Rose e Mackie (1988 apud BRAGA, 2010) relembram o caráter dinâmico do processo de institucionalização, analisando a trajetória dos partidos e observando a permanência ou desaparecimento dos mesmos no tempo em determinado sistema partidário via eleições disputadas. No conceito de institucionalização formulado por Rose e Mackie, destaca-se que, das condições primordiais para a sobrevivência de um partido, se desdobram três elementos caracterizadores do processo que indicam o grau em que os partidos estejam institucionalizados ou não, que são: 1) a existência de uma organização competitiva no nível das eleições nacionais; 2) a apresentação de candidatos às disputas eleitorais nacionais, e por último, 3) a permanência dos partidos na competição por sucessivas eleições. (BRAGA, 2010).

É importante lembrar que a delimitação desta pesquisa são os partidos de esquerda e suas alianças na busca de eleger representantes para a Assembleia Legislativa do Pará.

Dentro do arcabouço teórico da nova institucionalidade que se desenvolveu com a entrada em vigor do regime democrático, o Brasil encontra-se no contexto das novas democracias. A relação dos partidos de esquerda brasileiros com os partidos socialistas e os sociais-democratas europeus considerados de esquerda, que, já a esta altura, eram caracterizados como participantes do jogo eleitoral com o intuito de se chegar ao poder político dos países na Europa. No caso brasileiro, os partidos de esquerda entram no novo arcabouço institucional sem terem participado do dilema da decisão de participar ou não do jogo parlamentar “burguês”, que os partidos de esquerda europeus viveram, como nos colocou Przeworski (1989) em sua obra sobre os partidos de esquerda na Europa, sobretudo, os socialistas, operários e socialdemocratas.

Considerando a importância que as instituições exercem sobre a configuração de determinado sistema eleitoral, Souza (1976) afirma que a institucionalização dos partidos depende da participação das decisões da agenda do Estado dos mesmos, ou seja, quanto maior a centralização do poder nas mãos estatais, menor será a influência dos partidos na condução dos interesses dos cidadãos. Em outras palavras, o funcionalismo do sistema partidário será simétrico à centralização burocrática estatal e o mesmo concorre para a facilitação da articulação dos interesses e disputas eleitorais e em que institucionaliza o conflito em termos partidários.

O conceito de sistema eleitoral é entendido como o conjunto de regras que institucionaliza e media o conflito partidário, tornado-se um determinante importante do sistema partidário, embora não seja o único. Lijphart (2008) reconhece a importância do sistema eleitoral, e apresenta sete parâmetros que o caracterizam: 1) a fórmula eleitoral; 2) a magnitude dos distritos eleitorais; 3) a cláusula de barreira; 4) o número total dos membros de uma assembleia eleita; 5) a influência das eleições presidenciais sobre as legislativas; 6) o grau de desproporcionalidade e 7) os vínculos eleitorais interpartidários. Todos esses parâmetros são capazes de alterar comportamentos dos partidos dentro de um sistema partidário e de representação, a partir de mudanças que venham a fazer em tais regras.

Desta forma, o sistema partidário e eleitoral de um país deve assegurar estabilidade e legitimidade para os conflitos partidários, isto é, deve contribuir para distribuir o poder internamente nos partidos. Na experiência brasileira que passa pela transição do autoritarismo para a democracia, observa-se no decorrer dos anos a transformação do sistema partidário brasileiro em um sistema competitivo e estabilizado, no que tange à aceitação das condições de participação nos jogos políticos e eleitorais pelos principais legitimados para tal participação, que são os partidos, e ainda, pela pulverização do poder com o fim do regime autoritário e o surgimento de novos partidos com vistas a disputar o poder político via eleições.

Lijphart (2008) contribui para o estudo das conexões entre os sistemas eleitorais e os partidários, assegurando que todos os sistemas eleitorais produzem resultados desproporcionais quanto à representatividade dos partidos políticos, assim como, reduzem o número de partidos parlamentares comparando-os com o conjunto de partidos que disputam as eleições. Além disso, fabricam uma maioria parlamentar para partidos que não tenham recebido apoio majoritário dos eleitores, ou seja, uma sobre representação dos maiores partidos em detrimento da sub-representação dos partidos menores.

No contexto brasileiro, respeitando as especificidades em que os partidos de esquerda brasileiros surgem, e de maneira especial os partidos de esquerda paraense, dentro desse novo contexto institucional, busca-se compreender a lógica da participação dentro do sistema eleitoral brasileiro, a partir do trajeto que seguiram ao desenvolverem suas estratégias de sobrevivência levando em consideração suas escolhas racionais, mas também sua variável ideológica, principalmente na

conformação de coligações como instrumento de diminuição dos custos no processo de consecução de uma vaga na Assembleia Legislativa do Pará.

Carlos Augusto da Silva Souza (2012), em sua análise sobre os padrões geográficos das coligações eleitorais no Brasil em 2002 e 2006 a partir da perspectiva ideológica dos partidos políticos, conclui que, mesmo havendo o interesse dos partidos em compor coligações dentro do mesmo espectro ideológico, este não é o quesito determinante na composição das mesmas, pois, os partidos visam resultados eficazes no processo eleitoral e com isso tornam-se pragmáticos. Deste modo, percebe-se que algumas regras do sistema eleitoral brasileiro influenciam significativamente no comportamento dos partidos brasileiros.

No caso deste estudo, enfatiza-se na permissão pelo sistema eleitoral brasileiro de realização de coligações eleitorais para os cargos proporcionais no processo de seleção dos eleitos e nos condicionantes que podem garantir vida longa ou curta aos partidos.

2.1.1 Sistema Partidário Brasileiro

O sistema partidário brasileiro atual foi formulado a partir da reforma partidária de 1979, que tinha como intuito acabar com o bipartidarismo imposto pela ditadura militar. O sistema partidário com a característica multipartidária teve início de fato na eleição de 1982, em pleno processo de transição do regime político (MELO, 2004). O retorno ao pluripartidarismo trouxe para o protagonismo do pleito a participação de cinco partidos, que são: Partido da Mobilização Democrática Brasileira (PMDB), Partido Democrático Social (PDS), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido dos Trabalhadores (PT).

Contudo, segundo Melo (2009), a partir da Emenda Constitucional nº 25, promulgada em 1985 é que ocorre a flexibilização do processo de formação das novas agremiações partidárias e também, da própria interação dos partidos entre si, dando mais liberdade à vida partidária (NICOLAU, 1996). É importante destacar que, nesse processo de abertura política que o Brasil passava, em comparação ao que ocorreu em meados da década de 80 do século anterior, a incorporação de outros setores sociais que possuíam novos pontos de vista sobre participação eleitoral da

população brasileira, dentre os quais destacam-se: a inclusão do direito ao voto aos analfabetos e a redução do limite de idade mínima para a participação no processo eleitoral para os 16 anos de idade.

Diante desse debate, o questionamento e a acomodação dos interesses de diversos grupos políticos nesse processo de transição do regime, ajudaram na criação de novos partidos relevantes no contexto multipartidário que se reapresentava à realidade brasileira. Já no início da década de 90, aumentou para mais de 30 o número de legendas partidárias a integrar o novo sistema partidário brasileiro, embora muitos deles tivessem uma existência de pouca, ou mesmo, irrelevante durabilidade (MELO, 2009). É bom lembrar que tal contextualização deste período de abertura política é importante para compreender mais adiante o ambiente em que os partidos de esquerda estiveram inseridos na desenvoltura de suas estratégias eleitorais na disputa por vagas na Assembleia Legislativa do Pará, de 1998 a 2010, onde a participação em pleitos eleitorais é uma das formas de perceber o nível de institucionalização partidária dessas legendas ao analisar a forma como estes atores jogam com as regras que determinam o funcionamento dos sufrágios no Brasil.

Torna-se importante ressaltar que o sistema partidário brasileiro, dentro dos marcos de uma democracia com identidade coletiva, só se concretizou nos anos 30, sob o comando de um estado autoritário e esse vínculo se fortaleceu em uma república oligárquica em que as duas principais oligarquias¹ do país se revezavam no comando do Estado brasileiro (os mineiros e os paulistas). No decorrer da história independente do Brasil, nunca foi possível conseguir reunir as condições necessárias que pudessem consolidar um sistema partidário moderno, em que os partidos tivessem vínculos sólidos com a sociedade que representam. Mesmo uma democracia que surgiu de maneira tardia, veio acompanhada pelo seu DNA de um sistema eleitoral que pouco contribuiu para o fortalecimento da identificação dos partidos com a sociedade brasileira. Esse fato contribuiu para que o personalismo fosse preponderante nas relações políticas no Brasil, em que geralmente são encontradas lideranças avessas à existência e funcionamento de partidos. Assim, o sistema partidário brasileiro, estabeleceu pouco ou nenhum vínculo com a sociedade

¹ A República Velha antes de 1930 era também conhecida como; a "República do Café com Leite", tendo em vista o revezamento no poder central das duas principais oligarquias do País, nesse caso, a paulista que era a maior produtora de café e a mineira que se destacava pela produção de leite.

brasileira, que impossibilitou a conexão com o processo decisório dos poderes políticos (MELO, 2009).

No caminho percorrido pelo Brasil até chegar à democracia de massas, o regime político brasileiro sofreu várias alterações, como por exemplo, o processo de formação partidária. Interrupções bruscas e rearranjos políticos foram frequentes ao longo da história política brasileira. Mesmo depois de experimentar a democracia, o golpe militar de 1964 interrompeu o desenvolvimento democrático na afirmação dos anseios coletivos de participação. Assim, compreendem-se dois períodos do desenvolvimento das estruturas políticas brasileiras como de maior participação democrática: a primeira que foi de 1945 até a implantação do governo militar de 64 e a segunda que vai do início dos anos 80, ainda na transição do regime autoritário para a nova era de governos civis, até os dias atuais, ainda que distante da democracia idealizada. A partir das eleições de 1982, já se tornou maior que o anterior em tempo e pleitos disputados.

Fazendo a comparação dos dois períodos, Melo (2004) diz que encontra semelhanças, ambas associadas à mudanças de regime político e dentro das estratégias formuladas no âmbito da esfera do Estado. O autor coloca a constituição de um sistema multipartidário como parte integrante de um arranjo institucional em que se mesclam o presidencialismo, o federalismo, o bicameralismo, a representação proporcional e a lista aberta para a escolha de parlamentares. Soma-se a isso tudo, a magnitude das circunscrições dos entes federados, a possibilidade de coligações nas disputas proporcionais e a ausência de mecanismos que assegurem aos partidos a posse dos mandatos dos seus eleitos. Contudo, é necessário lembrar que, em 2008, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), através da Resolução nº 22.817 de 3.6.2008, estabeleceu o direito dos partidos sobre os mandatos eleitos via suas respectivas legendas. Essa resolução dificultou o processo de troca de partidos durante o cumprimento dos mandatos pelos eleitos, já que passou a exigir que trocas estejam condicionadas à discordâncias programáticas, à perseguição política e ao conflito intrapartidário, e a desfiliação sem justa causa torna o titular sujeito à perda do mandato (BRASIL, 2008).

Essa comparação e a mudança nas regras evidenciam a criação de um ambiente institucional que não deve ser ignorado pelos partidos, via suas elites dirigentes. Nessa perspectiva, ao analisar alguns aspectos do novo institucionalismo, que dão suporte para compreender algumas questões, como a percepção da

movimentação dos atores dentro de um cálculo instrumental, em que a política é vista como uma porção de dilemas de ação coletiva e o resultado vai depender da interação estratégica dos atores políticos dentro do ambiente institucional.

As instituições afetam o cálculo dos atores e, conseqüentemente, os resultados, ao determinar o tempo e ordenar as possíveis alternativas. Assim, a resolução impõe mecanismos de incentivo à cooperação e de punição para a desobediência ao conjunto de regras estabelecidas, desse modo, torna mais previsível os comportamentos adotados pelos atores políticos (MELO, 2004).

A partir da contribuição de Braga (2010), compreende-se que a interação competitiva entre os partidos nas eleições como revelador da importância que o sistema partidário assume, a legitimação do regime democrático representativo como também na estruturação das escolhas e da participação popular.

O que acaba repetindo a institucionalização do conflito social e na estabilidade política, sendo necessário mesurar o quanto o sistema partidário apresenta coerência e regularidade aos padrões de competições entre os partidos, ou seja, o quanto o sistema institucionaliza a participação e, com isso, a si mesmo. De acordo com a contribuição de Przeworski (1989) e Mainwaring (1991), a institucionalização dos sistemas partidários tem que ser observada pelo estudo do índice de volatilidade eleitoral, que é a transferência dos votos de um partido numa dada eleição para outro na eleição seguinte (BRAGA, 2010).

É importante saber que essa volatilidade eleitoral ao longo do tempo, nos processos eleitorais, tem sido uma variável responsável para observar a sobrevivência ou o desaparecimento, e ainda, o surgimento de novos partidos políticos a partir dos que existem, pelo processo de fusão de duas ou mais legendas. Essa variável torna complexa em alguns casos a análise sobre o comportamento eleitoral dos partidos políticos. No caso da presente pesquisa, as análises sobre as alianças dos partidos de esquerda no tempo e seus comportamentos no período estudado, são feitas via número de pleitos disputados por estes. A formação de coligações eleitorais e suas conquistas na disputa por vagas para a ALEPA, também são analisadas, levando em consideração a aproximação ideológica dos partidos que compuseram tais coligações.

A análise do comportamento eleitoral dos partidos de esquerda no Pará, via estratégias ideológicas e/ou pragmáticas de alianças que os mesmos colocaram em prática no período de 2002 a 2010, é um aspecto fundamental para compreender a

lógica de suas ações dentro do sistema partidário brasileiro. Entretanto, cabe lembrar que, embora percebendo a importância dos programas dos partidos no posicionamento que estes têm dentro de um sistema partidário, reconhecemos através das contribuições de Budge, Robertson e Hearl (1987); Laver e Hunt (1992), e Klingemann, Hofferbert e Budge (1994) apud Lijphart (2008), que as plataformas oficiais dos partidos ou mesmo seus manifestos, devem ser analisadas com ressalvas e, embora forneçam elementos sobre o lugar onde se situam na política pública, deve-se levar em consideração, como complemento, os pronunciamentos formais do partido, os debates em conferências partidárias, os discursos dos líderes dos partidos no parlamento e em outros lugares. A observância da verdadeira política defendida por um partido, quando está no poder, dá a oportunidade de conhecer a política promovida por este quando compartilha o poder governamental com um ou mais parceiros em uma coligação (LIJPHART, 2008).

Lijphart (2008) afirma que os partidos têm programas diferentes das características dos eleitores que representam, ainda que existam uma mútua relação dos programas partidários com os interesses e necessidades daqueles que apoiam o partido. É importante lembrar que a identificação da dimensão temática dos sistemas partidários deve ser buscada nas diferenças entre as legendas partidárias, tendo em vista determinadas questões importantes para um país não constituírem dimensões temáticas no âmbito do seu sistema partidário. Logo, as análises para Lijphart devem concentrar-se nos partidos “relevantes”, ou seja, com potencial, de formarem coalizões, como também a capacidade de exercerem a persuasão. Sendo assim, as questões políticas devem estar em destaque e o foco deve recair sobre as dimensões temáticas duradouras no âmbito dos sistemas partidários.

O presente estudo visa analisar as peculiaridades do sistema partidário brasileiro atual que consolidou o processo de abertura democrática com a eleição de 1982 (MELO, 2004). Torna-se importante, para compreender o comportamento dos partidos de esquerda no Pará, entender os seus objetivos de alcançar vagas na Assembleia Legislativa local. Desse modo, a análise do comportamento eleitoral ajudará, num primeiro momento, fazer a classificação das estratégias de alianças que é foco da análise da pesquisa, evidenciando o grau de pragmatismo dos partidos de esquerda. Além disso, a aceitação dos partidos das peculiaridades do sistema eleitoral brasileiro e a participação no jogo com suas regras estabelecidas

mostram a lógica que orienta os partidos de esquerda num ambiente de disputas acirradas por uma vaga na Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA).

Nicolau (1996) argumenta que essa fase característica da disputa política pelos partidos brasileiros começa a ocorrer na segunda fase do sistema partidário brasileiro que vai de 1989 até 1995, sobretudo com o recém-nascido multipartidarismo competitivo que, segundo o autor, haveria um equilíbrio entre os partidos, pois não há dominância absoluta de um partido em relação aos demais. Nessa perspectiva de análise, é importante lembrar que o cenário é favorecido pelo gradual processo de abertura política em que se abria a legalização de outros partidos, além daqueles que já tinham adquirido, ainda no regime militar, o seu registro definitivo.

Dentro da abordagem institucionalista, a forma como as instituições são organizadas influenciam diretamente nas estruturas do sistema partidário que são materializadas na legislação. Essas características são percebidas no sistema partidário brasileiro especialmente no que se refere à legalização e organização dos partidos políticos no Brasil. No contexto de abertura política, observou-se a proliferação de partidos, principalmente com o fim compulsório do bipartidarismo em 1979 e o afrouxamento nas exigências para a criação de novos partidos. Contudo, foi com a promulgação da Emenda Constitucional nº 25, que os ares democráticos passaram a soprar mais forte com a inclusão de dispositivos na lei que possibilitaram a reorganização dos partidos que tiveram anteriormente seus registros negados ou mesmo cassados e favoreceram para a legalização dos partidos considerados comunistas, e a participação nas eleições seguintes dos partidos que ainda não tinham o seu registro definitivo.

Com o fim do bipartidarismo em 1979, no ano seguinte, o sistema brasileiro já contava com cinco partidos que receberam seu registro definitivo ainda no regime militar. Na eleição de 1982, houve a predominância do PMDB e do PDS, as duas principais legendas herdeiras da organização do regime autoritário na conquista das vagas no Congresso, já que estas estavam fortemente enraizadas nas estruturas institucionais vigente por todo país. Por outro lado, os demais partidos (PTB, PT e PDT), com maior ênfase para o PT, buscavam consolidar seu espaço político de fora para dentro das estruturas (MELO, 2004). A mudança no sistema partidário favoreceu o surgimento de novos partidos e impulsionou, em um processo gradual, a elaboração de novas regras para o registro, participação eleitoral, acesso ao

parlamento, ao fundo partidário e a outros recursos políticos que os partidos brasileiros teriam que atender para se solidificar como instituição com direitos (NICOLAU, 1996).

A redemocratização acrescentou ao sistema partidário brasileiro uma grande quantidade de novas legendas, sobretudo, com a saída de diversas lideranças e parlamentares dos novos partidos que já tinham obtido o seu registro definitivo junto à justiça eleitoral brasileira, ainda no período de transição do regime militar para a democracia. O debate a respeito do grau de fragmentação partidária tem sido travado a fim de entender as razões da existência de tantos partidos no Brasil. Nicolau (1996), em seus estudos sobre o sistema partidário brasileiro, desconstrói o discurso de que a alta fragmentação partidária no país ocorria incentivada pelo sistema eleitoral brasileiro e suas regras e assegura que a fórmula eleitoral utilizada no Brasil favorece os partidos grandes.

O sistema partidário brasileiro apresenta a exigência de caráter nacional dos partidos. Isso significa que não são admitidas legendas regionais ou locais. Um partido, para ter o direito de participar do jogo eleitoral, deve estar organizado em pelo menos nove estados, um terço dos estados brasileiros. Somente assim, ele passa a existir e ser reconhecido junto ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Diante de tal exigência e considerando as características fundantes desse novo multipartidarismo brasileiro, apoiadas no papel que os parlamentares desempenharam no processo de formulação das regras do sistema partidário e eleitoral, em que os partidos acabam se tornando agentes com poderes limitados em relação aos seus políticos, é que se configura o que Nicolau (1996) chama de federalismo partidário, que estabelece uma hierarquia política entre alianças nacionais, estaduais e municipais, a favor das primeiras. Mesmo estando organizados nacionalmente, os partidos brasileiros teriam que seguir a lógica de suas lideranças estaduais mais imediatas, ou seja, haveria 27 lógicas diferentes distribuídas pelo sistema partidário brasileiro que ditam o comportamento eleitoral e político dos partidos brasileiros.

Na mesma esteira de análise sobre o sistema partidário e eleitoral brasileiro, Mainwaring (1991) lembra que os políticos brasileiros optaram por um sistema eleitoral que privilegia atributos individuais dos atores em detrimento do fortalecimento dos partidos políticos. Isso contribui para que o sistema político seja

elitista como um todo, sobretudo em favor das elites partidárias que deixaram intactos seus mais diversos interesses.

Essa autonomia se manifesta mais notadamente na manutenção de um sistema eleitoral de lista aberta e de voto preferencial, em que as campanhas são feitas de maneira individualizadas e a disputa pelos cargos, no caso de eleição proporcional, se dá intrapartido, isto é, os mais bem posicionados em número de votos têm aumentadas suas chances de serem eleitos. Desse modo, qualquer interferência feita pelo partido, não é bem aceita pela classe de parlamentares e políticos, seja na ordenação dos candidatos preferidos, no caso da lista fechada, ou no controle do comportamento dos mesmos nos espaços de poder político. A ação de centralização pode criar uma espécie de oligarquia interna que definiria quem se elegeria, como o que ocorreu com os partidos operários europeus (MICHELS1982). Dessa maneira, pode-se afirmar que os partidos brasileiros, à medida que se afastam da representação mais imediata dos interesses da sociedade, transformam-se em instrumentos dos interesses que giram em torno dos mandatos dos seus parlamentares, que passam a interferir significativamente na condução dos negócios e nas decisões dos partidos.

Esse comportamento dos políticos em relação aos partidos contribuiu para que seja cada vez mais difícil formar partidos programáticos no Brasil. Historicamente, a maioria dos partidos do país tem surgido de dentro das estruturas do Estado, ramificações, ou seja, saem de dentro da estrutura partidária e eleitoral já existente, com exceção do PT que teve seu ideal originário no seio da sociedade civil brasileira, representada por sindicatos, movimentos de base, intelectuais e religiosos, muitas pessoas sem carreira política, no período da ditadura militar. Assim, a criação de novos partidos tem sido basicamente a forma com que parlamentares e políticos menos privilegiados têm se colocado no jogo pelo poder de maneira mais incisiva. Neste sentido, Mainwaring (1991) lembra que o sistema eleitoral não é o único responsável pela organização e disciplina partidária fraca dos partidos brasileiros, mas sim um conjunto de variáveis que vão além da legislação eleitoral, tais como mecanismos incomuns que foram criados para dar aos políticos uma autonomia considerável frente aos partidos.

Nesta mesma lógica, Nicolau e Schmitt (1995) concluem que o sistema eleitoral brasileiro ajuda os grandes partidos e que, por ser o responsável pela fragmentação partidária, deveria favorecer os pequenos partidos e não o contrário.

Entretanto, ressalta que as razões de um sistema fragmentado devem ser buscadas em outras características do sistema político brasileiro. A autonomia dos políticos frente aos partidos pode ser observada como uma das diversas causas da fragmentação partidária no Brasil, principalmente quando se permite em algumas situações a troca de legendas para a fundação de novas legendas partidárias.

Mainwaring (1991) compreende que os arranjos dos sistemas eleitorais e partidários não são imparciais, ou seja, são construídos de acordo com os interesses políticos, que não só representam interesses dos que elegem os parlamentares, mas também, os interesses dos próprios representantes eleitos. Desse modo, tendem a favorecer determinados grupos de interesses em detrimento de outros e, mesmo que não produzam os efeitos desejados de quando foram formulados, muito provavelmente não serão barreiras à consecução dos interesses dos que os promovem. O autor ainda conclui que a criação de tais mecanismos não acontece de maneira acidental, e sim deliberada e projetada pelos parlamentares a fim de preservar sua autonomia política em relação aos partidos, lembrando que os mesmos políticos não têm uma consciência deliberada sobre como funcionam os sistemas eleitorais e o quão diferente de outros países é a legislação eleitoral e partidária brasileira.

Sendo assim, mesmo reconhecendo que as instituições são consequências do contexto em que estão inseridas, estas sofrem influência direta da ação dos políticos, objetivando a realização do objetivo pactuado pela maioria e, enquanto cumprem tal papel, permanecem sólidas e estáveis. É importante ressaltar que os atores, dentro de um ambiente institucional, têm suas preferências internas ao processo político, o que demonstra que, mesmo exercendo influência sobre as preferências dos mesmos, o formato institucional fornece internamente um ambiente conjuntural e sociológico que possibilita que eles mudem suas estratégias e suas opiniões. Isso permite dizer que esses atores, pautados numa racionalidade, agem de maneira distinta de acordo com o ambiente institucional em que se encontram no momento de suas decisões políticas (MELO, 2004). Assim, o formato institucional e seu ambiente interno possibilita a relação dos partidos entre si e são relevantes para orientar os mesmos nas suas estratégias e comportamentos no jogo pelo poder político.

2.1.2 Sistema Eleitoral Brasileiro

O sistema eleitoral de um país ordena as mais diversas questões que envolvem o trâmite das disputas democráticas pelo poder político. O processo regulatório define desde exigências de escolhas e prazos para a seleção de candidaturas até a distribuição dos cargos e cadeiras aos candidatos eleitos. No sistema eleitoral brasileiro, uma primeira característica regulatória é a legitimidade colocada aos partidos como a ponte direta de representação junto aos eleitores, ou seja, estar filiado a um partido é a condição preliminar para que o cidadão comum possa disputar as eleições com intuito de eleger representante para os poderes legislativos e executivos nos diversos níveis de governo.

No que diz respeito às fórmulas que confirmam o processo de representação no sistema eleitoral brasileiro, há as eleições majoritárias de dois turnos², caso nenhum dos candidatos obtenham 50% mais um na votação válida no primeiro turno, que é calculada após o descarte dos votos brancos e dos nulos. No segundo turno, os dois candidatos mais votados no primeiro disputam a preferência do eleitorado. Nos outros casos as eleições majoritárias simples³ já servem para fazer a seleção dos eleitos ainda no primeiro turno. A terceira fórmula é a da proporcionalidade da representação que está relacionada com a seleção dos eleitos para os legislativos (deputados federais, estaduais, distrital e vereadores) (KRAUSE, 2012). Esse tipo de representação é o que mais nos interessa pelo fato de que o presente estudo se dedica à análise do processo de formação da aliança dos partidos de esquerda para a Assembleia Legislativa do Pará de 2002 a 2010, que ocorre a partir da lógica da representação.

Todavia, mesmo sendo os partidos o canal direto junto ao TSE, que é o responsável pelo funcionamento do sistema eleitoral brasileiro, há a adoção no sistema brasileiro, em especial no parlamento, do voto preferencial, o que possibilita aos eleitores brasileiros a alternativa de votar em um partido ou em um candidato.

O eleitor quando apresenta o voto no partido, conhecido como voto na legenda, ajuda o partido no processo de conquista e distribuição das vagas, tendo

² A eleição de dois turnos para os cargos executivos acontece em distritos eleitorais com o número de eleitores superior a duzentos mil (200.000) eleitores.

³ A eleição de maioria simples para cargos executivos acontece em todos os distritos com o número de até duzentos mil (200.000) eleitores.

em vista, ser somado com a votação de todos os candidatos, a fim de conseguir o número exato de vagas alcançadas.

Já o voto nominal ajuda a ranquear a listas entre os mais votados e os que receberam menos votos e, dependendo do número de vagas conquistadas por um partido ou coligação, os eleitos são tirados dessa ordem de votação. Nicolau (2007) diz que as vagas conseguidas pelos partidos vão para os candidatos mais votados da lista partidária ou da coligação, numa ordem decrescente de votação, e lembra que as coligações entre partidos formam uma única lista de candidatos. Com relação ao processo de seleção dos candidatos que concorrerão por sua legenda, o partido pode apresentar uma lista com o número de candidatos de até uma vez e meia o número total de vagas em disputa em determinado Estado.

Um fato que chama a atenção dos partidos brasileiros na busca de representação é a necessidade de se chegar ao quociente eleitoral. A seleção de candidatos com alto potencial eleitoral, a quantidade de candidatos que a lista possui e as coligações que os partidos podem formar influenciam substancialmente na maneira como os partidos irão conseguir seu objetivo de ultrapassar tal quociente e conquistar o maior número de cadeiras possíveis nos parlamentos. Dentro desta realidade, Machado e Miguel (2008) colocam que as análises eleitorais no Brasil, incluindo as composições de coligações, são orientadas pela teoria econômica do voto de Downs (1999), em que se ressalta a racionalidade dos atores envolvidos nos processos eleitorais. Tal perspectiva compreende o comportamento do eleitor como uma busca de maximização dos seus benefícios, selecionando candidatos que apresentam mais condições de produzir políticas de seu interesse. Já os partidos, caminham no sentido de conseguirem maior influência na estrutura estatal, via resultado eleitoral. Nessa linha, buscam aumentar sua a maximização de votos a fim de conseguirem mais postos de influência na estrutura do poder político no Estado.

As coligações parlamentares são um dos instrumentos que podem ser utilizados pelos partidos na conquista dos espaços de poder no sistema político brasileiro bastante utilizadas a partir de 1985, segundo Nicolau (1996). Carreirão e Nascimento (2010) estudando os aspectos relacionados à formação de coligações eleitorais, no que se refere à motivação dos partidos para as fazerem, asseguram que as decisões de fazerem coligações são pautadas numa dimensão estratégica de mensuração dos custos e benefícios na tentativa de aumentar a possibilidade de êxito eleitoral. Machado e Miguel (2008) compreendem que, se por um lado a

formação de coligações pode nos mostrar afinidades e aproximação entre alguns grupos e distanciamento em relação a outros, a pouca identificação dos eleitores com os partidos não fomenta a criação de imagens políticas que diferenciem os partidos entre si. Desta maneira, mesmo as coligações incoerentes ideologicamente passam despercebidas pelos eleitores. As coligações então dificultariam a leitura sobre as disputas políticas, já que ocultariam as diferenças partidárias deixando o eleitor com cada vez menos poder de controle da informação.

Souza (2012) afirma que há uma distância significativa entre ideologia e a atuação dos partidos brasileiros, observada principalmente pelo comportamento que adotam os parlamentares brasileiros, ignorando as determinações dos programas e ideologia dos partidos. Entretanto, observa ainda, que além do sistema proporcional de distribuição de cadeiras, que estimula os partidos a lançarem alto número de candidatos para os parlamentos federal, estadual, distrital e municipal nos diversos colégios eleitorais, o que torna as disputas muito acirradas, a lista aberta dá responsabilidade aos eleitores o poder de ordenação das listas dos partidos via votos individualizados nos candidatos, tirando qualquer ingerência dos mesmos sobre a lista dos eleitos. Já as coligações entre os partidos de cunho meramente eleitoral, fazem com que os eleitores não percebam nos partidos qualquer ação que os fortaleçam como representantes ideologicamente e socialmente construídos.

Assim, a forma como as coligações são pensadas e a compreensão sobre o papel que elas desempenham no sistema eleitoral brasileiro são de fundamental importância para chegar a uma conclusão satisfatória sobre o comportamento dos partidos de esquerda nas eleições para a Assembleia Legislativa do Pará no período de 1998 a 2010. Dessa forma, analisaremos as coligações formadas pelos partidos e os resultados alcançados, a fim de sabermos o peso das dimensões ideológicas e/ou pragmáticas nas estratégias de alianças na busca por representação parlamentar na ALEPA.

2.2 COLIGAÇÕES ELEITORAIS NO BRASIL

As coligações eleitorais no Brasil têm sido um instrumento bastante utilizado pelos partidos brasileiros das mais diversas orientações na busca por representatividade nas diferentes esferas de poder, tanto para o Legislativo quanto para o Executivo. No caso do presente estudo, refere-se às coligações feitas pelos

partidos de esquerda no Pará na busca por representatividade no legislativo estadual, no período de 1998 a 2014. Tendo observado que tais partidos estão imersos num contexto de institucionalidade dos sistemas partidário e eleitoral brasileiro, tornando-se de fundamental importância analisar o papel e a influência que as coligações eleitorais desempenham no contexto eleitoral em nosso país.

Desta forma, vale lembrar que as alianças referidas são conhecidas como coligações no sistema eleitoral brasileiro e podem ser compreendidas como um instrumento previsto na legislação eleitoral do País. A coligação é a associação de dois ou mais partidos com o objetivo de disputarem uma determinada eleição. Essa associação de partidos deve ser feita de maneira formal, e a Justiça Eleitoral é a responsável pela formalização e registro de determinada coligação. As coligações entre partidos funcionam como autênticos partidos temporários durante determinada disputa eleitoral. Os partidos que compõem coligações somente em conjunto podem peticionar, ou seja, pedir registro, impugnar candidatos, recorrer etc. Não lhes sendo permitido, desistir isoladamente do pedido ou pleitear em juízo substituindo a coligação.

A coligação, como integração de forças partidárias no Brasil, é resultado do pressuposto de que as legendas que entram no processo eleitoral são atores racionais que buscam o melhor resultado possível com o mínimo de esforços e de riscos. Assim, a maximização dos votos e ampliação dos espaços políticos no processo de disputa eleitoral é uma estratégia de sobrevivência e "expansão partidária", já que, segundo Nicolau e Schmitt (1995), é necessário atingir o quociente eleitoral para existir e alcançar representatividade, além de uma estratégia de ganho eleitoral racionalmente elaborada. Nesta percepção dos partidos como atores racionais, é que se busca uma definição dos mesmos para que se possa compreender a composição de uma coligação, vista no processo eleitoral como um partido de vida curta. A conceituação dada por Downs (1999) afirma que o partido político seria uma ampla coalizão formada para controlar o aparato governamental por meios legítimos, entendendo-se por coalizão, nesse caso, a união de esforços de um grupo de indivíduos que cooperam entre si na busca de um objetivo. No caso específico das democracias, os partidos seriam uma união de homens e mulheres dos mais diversos interesses, até mesmo discordantes uns dos outros, que almejam a eleição de algum deles aos cargos no parlamento do sistema político. Assim,

também os partidos se associam dentro de coligações, motivados pelos mais diversos interesses.

Esse conceito utilizado por Downs (1999) ajuda a compreender de maneira lógica a coligação como uma coalizão de partidos, que busca alcançar sucesso no processo eleitoral. Sendo assim, a construção dessa coalizão de partidos é realizada dentro de uma estratégia de ampliação do espaço político com vistas a aumentar a possibilidade de êxito em determinado processo eleitoral. A presente pesquisa, ao observar a comparação que se faz a partir dos estudos de Downs (1999), se dá num ambiente de disputa proporcional e na tentativa dos partidos conquistarem o maior número possível de cadeiras na assembleia legislativa do Pará via apoio eleitoral, ou seja, aumentar os espaços de influência para que esta seja convertida em votos e conseqüentemente em apoio na sociedade.

O presente trabalho observa e respeita as peculiaridades do sistema político paraense, em que a coligação funciona como uma coalizão formal no processo eleitoral, o que não quer dizer que, se eleita, há uma obrigatoriedade de mantê-la para a composição de alianças no parlamento paraense e a defesa das mesmas políticas. O objetivo é observar coligações formadas pelos partidos de esquerda no Pará nos processos eleitorais de 1998 a 2014 nas disputas por vagas na ALEPA, analisando a natureza ideológica ou pragmática a partir de uma estratégia de formação de suas alianças.

Inserido nesse contexto, o reconhecimento da existência do que Lima Jr. (1983) apud Machado, Miguel e Totti (2014) chamaram de sistemas partidários subnacionais no Brasil, sobretudo pela dispersão territorial, é importante para compreendermos o grau de liberdade que os partidos alcançam através de suas elites políticas regionais, o que acaba contribuindo para a não criação de referências partidárias nacionais. As coligações eleitorais nos estados seriam orientadas, na maioria das vezes, por questões locais, ou seja, as estratégias seriam traçadas a partir da conjuntura local e com os atores políticos imersos na mesma, tendo em vista que estes teriam maior influência sobre a correlação de forças na sociedade local. Tal situação de pragmatismo no sistema eleitoral brasileiro sofreu interferência direta do TSE na eleição de 2002, através da chamada “verticalização” das coligações nos estados. Essa determinação diz que os partidos que repetirem nos estados federados as coligações que construíram em torno da eleição para a presidência da República, ou seja, os partidos que estiverem numa coligação

nacional teriam obrigatoriamente que reproduzi-las nos estados. No caso das coligações para as eleições proporcionais, os partidos até poderiam romper as coligações majoritárias nos estados, no entanto, não poderiam formalizar coligações proporcionais com outros partidos fora da coligação majoritária em que estivesse submetido na eleição para presidente, tendo que sair sozinho nas disputas proporcionais. Uma exceção ocorreu em 2006, quando os partidos sem coligações majoritárias para presidência puderam formalizar coligações proporcionais entre si nos estados. Porém, o descontentamento da classe política logo gerou pressões sobre tal medida, o que levou num breve período de tempo à sua revogação (MARCHETTI, 2010).

Dentro de uma perspectiva institucionalista, Nicolau (1996) diz que as instituições democráticas, tais como: sistema eleitoral e de governo e a estrutura do Estado (federalista ou unitário), determinam o ambiente de atuação dos partidos políticos e, com isso, o comportamento das elites políticas dos partidos passam a ter como limite as normas estabelecidas por tais instituições. Assim, as estratégias eleitorais são as previsões dos efeitos políticos de suas ações e os cálculos de oportunidades formulados pelas elites políticas. Essas estratégias são construídas observando-se as regras estabelecidas pelas instituições e o desempenho bem sucedido das urnas está condicionado à realização de um bom jogo destas regras consolidadas. Contudo, cumpre ressaltar a partir de Schmitt (1999) apud Mizuca (2007), que, com as coligações no Brasil, o voto fica concentrado nos candidatos e partidos, sendo agregados apenas para fins de cálculos eleitorais na hora da distribuição das vagas entre os eleitos.

Inseridos no contexto institucional brasileiro, além da estratégia de maximizar a possibilidade de êxito na ocupação de cadeiras nos parlamentos, os partidos operam com outras variáveis permitidas em nosso sistema político partidário na hora de fazer coligações, dentre as quais destacamos o tempo no rádio e televisão, que, como bem coloca Nicolau (2007), é dividido proporcionalmente às bancadas dos partidos na Câmara dos Deputados fazendo com que os maiores partidos tenham maior tempo de expor seus candidatos. Sendo assim, possibilita o aumento de exposição nos veículos de comunicação dos candidatos coligados dentro da propaganda eleitoral, somando-se o tempo individual de cada partido presente em determinada coligação. Outra variável importante é a habilidade com que os líderes partidários vendem a importância de sua legenda para a formação de

determinadas coligações, que mostra que o custo de sua presença em determinada coligação seria menor se esta vier a optar por seguir em outra coligação, ou seja, todos procuram maximizar seus ganhos e procuram um parceiro ideal que ofereça condições concretas para se conquistar espaços de poder político.

Assim, a coligação no sistema eleitoral brasileiro tem sido um poderoso instrumento que os partidos usam para tentar diminuir a distância do caminho a ser percorrido na busca por recursos de poder político. Em outras palavras, é uma forma de torná-los mais competitivos na arena eleitoral. E é com esta compreensão que o presente trabalho aprofundará na análise sobre as coligações que os partidos considerados de esquerda fizeram no período de 1998 a 2014 no Pará, na busca pela conquista de cadeiras na Assembleia Legislativa do estado. Contudo, é importante ressaltar as considerações de Lavareda (1991) apud Krause e Godoi (2010), em que as coligações proporcionais nos estados devem ser compreendidas a partir da conformação das coligações majoritárias no plano estadual, onde estas são estabelecidas com a preocupação de formar maiorias nos governos estaduais.

A dicotomia esquerda/direita é utilizada no estudo a fim de compreender a natureza das alianças eleitorais de um grupo de partidos classificados pela literatura brasileira, à esquerda do espectro político nacional e que, ao longo da construção democrática no Brasil ou mesmo antes, assumiram um discurso mais ideologizado e crítico contra o sistema político brasileiro. Isso torna necessária uma análise do desenvolvimento desses conceitos aparentemente antagônicos, no tempo e de maneira contextualizada, já que demonstraram assumir novas demandas, tais como, ambientais, sociais e econômicas e, com isso, a representar novos interesses conforme a forma com que se obtém nos mais diversos países.

2.3 ESQUERDA E DIREITA: CONCEITOS EM MUDANÇAS

A dicotomia esquerda e direita é utilizada nos mais diversos países para delimitar e diferenciar a atuação dos partidos políticos dentro de determinados sistemas partidários. Entretanto, é importante lembrar que, mesmo esses termos sendo constantemente utilizados, essa dicotomia sofreu mudanças no que tange aos posicionamentos defendidos, seja de uma maneira mais geral na sociedade ou mesmo nos casos específicos de cada país.

Tarouco (2010) afirma que os termos esquerda e direita passaram a ser adotados a partir de uma distribuição espacial dos delegados na reunião dos Estados Gerais na França, em que aqueles mais identificados com o igualitarismo e reformas sociais sentavam-se à esquerda do rei e os identificados com os membros da aristocracia e defensores da conservação da ordem vigente localizavam-se à direita do monarca. Assim, iniciou-se a identificação dos defensores da ordem e os que queriam mudanças passavam por uma distribuição local. Ao longo do século XIX, na Europa, a diferença entre esquerda e direita foi associada ao liberalismo e ao conservadorismo, em que este último passou a ser sinônimo dos partidários de direita e os liberais de partidários de esquerda.

Com o surgimento da classe operária paralelamente ao desenvolvimento industrial, a esquerda passa a incorporar a defesa dos interesses dos operários e, aos poucos, as perspectivas do marxismo. Seus aliados de outrora contra a antiga aristocracia passaram a defender a nova ordem que surge com o avanço do capitalismo, o que desloca a classe burguesa para a direita do processo de desenvolvimento político, social e econômico da sociedade. Desse modo, o braço liberal da antiga ordem desloca-se para a direita e o liberalismo assume o posto de ideologia principal do sistema capitalista, passando a rivalizar com as estruturas existentes do Estado, fato que enfraqueceu o último como indutor de desenvolvimento econômico e social em prol da preponderância do livre mercado em tal papel. Se o comportamento anterior se dava no sentido de responder às demandas da sociedade, na lógica do mercado, o momento seguinte foi de criar demandas, o que desembocou na crise da grande produção do sistema capitalista.

O advento do Keynesianismo (Estado de bem-estar social) nos anos 30 e das políticas redistributivas do Estado reforçaram a oposição entre o Estado interventor e a liberdade de mercado pleiteada pelos liberais, o que colocou o liberalismo como posicionamento de direita (TAROUCO; MADEIRA, 2011). O desenvolvimento da dicotomia esquerda/direita no tempo mostra-se relacionado a diversas variáveis e é fruto do contexto histórico a que estão submetidas (conceito de esquerda e direita). Logo observar-se que as mesmas mudam conforme se alteram as agendas política, social e econômica, tanto no plano nacional dos países como a intenção dos mercados.

Desta forma, pode-se observar que existe uma grande gama de conteúdos políticos que podem ser associados ao posicionamento antagônico entre

esquerda/direita na política, que variam desde a opção por políticas de distribuição de renda e investimentos sociais como a redução dos gastos públicos, ou mesmo com a adoção de modelos de desenvolvimento tradicionais pautados no avanço industrial, assim como a opção por novos modelos. Percebe-se a reivindicação do espectro esquerda/direita na economia política, também na postura reguladora ou não dos mercados nacionais, e também nas preferências por políticas de responsabilidade social em detrimento das políticas econômicas de austeridade fiscal ou vice-versa.

Todavia, pode-se ver que o significado que atrela a esquerda à defesa da igualdade social e a direita à defesa do livre mercado sobreviveu às variações que o mundo passou no final do século XX. A desintegração do socialismo no leste da Europa e as crises fiscais que viveram os Estados de bem-estar favoreceram o avanço da onda neoliberal, o surgimento da terceira via revisionista da socialdemocracia. Contudo, nada que fizesse ambas abdicarem do sentido geral de seus posicionamentos que as situam em pólos opostos de luta pelo socialismo versus a defesa do capitalismo (TAROUCO; MADEIRA, 2013).

No que se refere à classificação dos partidos dentro da dicotomia esquerda e direita no Brasil, partimos da análise da transição do regime militar para a democracia, porque foram, naquele período, criadas as condições de enraizamento do sistema partidário e eleitoral brasileiro contemporâneo. Em seguida, analisaremos o período de transição do autoritarismo para a democracia para mostrar algumas características que o espectro esquerda e direita acabaram assumindo no Brasil, principalmente no período de transição para o regime democrático e com o fim do bipartidarismo que era imposto pelos militares. O regime militar, enquanto perdurou, tratou de colocar os partidos comunistas e/ou de orientação marxista na clandestinidade, numa tentativa de brechar o avanço do ideário socialista no país. Contrapondo-se a essa postura grupos de esquerda passaram a focar no regime militar como o seu inimigo imediato, assim como outros grupos organizados da sociedade civil o fizeram e juntos passaram a lutar pela redemocratização do Brasil.

Com o restabelecimento da ordem democrática, o espectro direita/esquerda passa a pairar sobre os partidos que tinham relações estreitas com o antigo regime autoritário e também sobre os que se opuseram ao mesmo. Logo, com o surgimento do multipartidarismo brasileiro, os partidos que se formaram e transformaram a partir

da base de apoio do regime autoritário, tais como: Partido Democrático Social (PDS), Partido Progressista Brasileiro (PPB), Partido Progressista Republicano (PPR), Partido Progressista (PP), Partido da Frente Liberal (PFL) que hoje se chama Democratas (DEM), foram logo identificados como a direita do sistema político brasileiro. No entanto, cabe ressaltar que, mesmo havendo um grande bloco de oposição ao regime militar, nem todos os partidos que de lá surgiram eram de esquerda. Desses moderados, o PMDB e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) destacaram-se em seu posicionamento mais ao centro e, na esquerda, PT e PDT se diferenciaram por não atuarem no marco institucional formulado pelo regime militar (TAROUCO; MADEIRA, 2011).

A eleição direta no Brasil de 1989 deu um gás a mais nessa disputa político/ideológica, quando polarizou a disputa entre o PT e o recém-criado Partido da Reconstrução Nacional (PRN) na eleição presidencial no segundo turno. O debate em torno do programa das esquerdas uniu os partidos de direita que trouxeram para a pauta a possibilidade de associação com o regime comunista soviético. Os anos 90 colocam na ordem do espectro esquerda/direita no país, temas como: as privatizações, a desregulamentação da economia e o fortalecimento do livre mercado. Medidas enquadradas como distintivas entre as políticas de esquerda e direita no decorrer do desenvolvimento dessa dicotomia até então. Tarouco e Madeira (2011) dizem que, com o fim do período autoritário, a dimensão que é usada para definir esquerda e direita no Brasil desloca-se de um eixo mais histórico/político, de apoio e oposição ao regime militar, para um eixo econômico de privatizações e desregulamentação dos mercados.

É necessário observar os partidos políticos brasileiros a partir das escolhas que estes fazem dentro da dimensão esquerda/direita. Ora, algumas escolhas podem ser verificadas a partir das políticas sociais e econômicas que passam a defender no contexto político brasileiro. Um exemplo é o argumento utilizado em torno dos gastos sociais, em que estes, além de afetarem os resultados macroeconômicos de um país, são vistos como medidas redistributivas, contudo, de preferência dos partidos de esquerda. Já as medidas de ajustes econômicos são vistas como as preferidas pelos governos dos partidos considerados de centro e de direita (TAROUCO; MADEIRA, 2013).

Embora a diferença na preferência política dos partidos possa representar uma distinção dos mesmos em termos ideológicos, cabe observar que as próprias

definições das dimensões esquerda e direita sofreram variações ao longo da história, tanto da perspectiva analítica, quanto da cultural e teórica. Todavia, mesmo nesse ambiente variável de definições, Tarouco e Madeira (2013) lembram que, no caso da classificação da dimensão ideológica dos partidos brasileiros, não tem ocorrido grande controvérsias entre autores e analistas, como nos coloca a Figura 1, que expõe a classificação de diversos partidos brasileiros na dimensão esquerda e direita, onde aparecem também os partidos de centro, segundo a visão de outros autores.

FIGURA 1 – CLASSIFICAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS.

Autor	Coppedge ¹ (1997)	Fernandes (1995)	Mainwaring, Power e Meneguello (2000)	Rodrigues (2002)	Power (2000)
Método	Compilação de avaliações anteriores de outros analistas	Votações durante a Constituinte analisadas por outros autores	Votações no Congresso e pesquisas de opinião com parlamentares	Adoção da classificação comum à maioria dos analistas	Questionários aplicados com elites partidárias
Partido					
PCB-PPS	SL	E	não consta	E	não consta
PCdoB	SL	E	não consta	E	não consta
PDC/PSDC	SCR	não consta	CD	não consta	D
PDS/PP	SR	D	D	D	D
PDT	SCL	E	não consta	E	E
PFL	SR	D	D	D	D
PJ/PRN/PTC	P	não consta	D	não consta	D
PL	SR	D	D	D	D
PMDB	SC	C	não consta	C	C
PMN	U	E	CD	E	não consta
PRONA	SR	D	D	D	não consta
PRP	U	D	não consta	não consta	não consta
PSB	SL	E	não consta	E	não consta
PSC	XC	D	CD	D	não consta
PSD	SR	D	D	D	não consta
PSDB	SCL	C	não consta	C	C
PSL	não consta	não consta	CD	não consta	não consta
PST	SCR	não consta	CD	D	não consta
PT	SL	E	não consta	E	E
PTB	SCR	D	CD	C	D
PTdoB	U	não consta	não consta	não consta	não consta
PTR/PP	SCR	C	CD	não consta	não consta
PV	O	E	não consta	E	não consta

FONTE: TAROUCO E MADEIRA, 2013

*XC = Partidos cristãos de centro; SR = Partidos seculares de direita; SCR = Partidos seculares de centro-direita; SC = Partidos seculares de centro; SCL = Partidos

seculares de centro-esquerda; SL = Partidos seculares de esquerda; P = Partidos personalistas; O = Outros; U = Desconhecido.

A Figura 1 é importante para o presente estudo porque apresenta um quadro classificatório que nos coloca em contato com a produção de outros analistas que apresentam uma posição mais ou menos próxima entre eles quanto à localização dos partidos brasileiros na dimensão esquerda e direita, o que sugere uma classificação um tanto que consolidada, com pequenos graus de variação. Além disso, a partir de tais classificações, é possível apresentar uma delimitação mais precisa e condizente com a realidade dos partidos brasileiros quanto aos seus posicionamentos diante da dicotomia esquerda/direita na realidade brasileira. Assim, o PT, Partido Popular Socialista (PPS), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Verde (PV) e o PDT, são os partidos que se apresentam mais consolidados dentro do espectro da esquerda brasileira, seja ela tradicional ou histórica ou mesmo diante da nova esquerda que surge com a reinauguração do regime democrático.

Outro comportamento que se observa na Figura 1 é uma posição intermediária de alguns partidos brasileiros, dentro desse espectro ideológico esquerda/direita, que os autores caracterizam como posicionamento de centro. No contexto internacional, a opção pelo centro se deu inicialmente pelos partidos social-democratas e seu revisionismo, com o objetivo de criar uma terceira via que implementasse uma agenda que pudesse gerar um consenso mínimo alternativo às dimensões esquerdistas e direitistas dos partidos políticos. Já entre os partidos de centro brasileiro, destacam-se o PMDB e o PSDB, onde o último tem sua órbita mais propensa à posição centro-esquerda na sua forma programática, e o primeiro é considerado por diversos autores, como mostrado na Figura 1, como autêntico partido de centro.

A visão da posição que determinado partido venha a assumir em determinado contexto político parece bem articulada com o sistema econômico e a ideologia, de modo que as questões colocadas pela dimensão esquerda e direita não se tornam entraves na competição partidária, mas sim fomentam os partidos a mobilizarem-se dentro do espectro ideológico na formulação de propostas de políticas que possam lhes render votos e lhes possibilita mudança de posição entre as extremidades da esquerda e direita. Assim, os partidos se movimentam cientes

do papel que as competições eleitorais assumem no contexto democrático e buscam maximizar os seus eleitores (DOWNS, 1999).

Em vista disso, não cabe neste estudo fazer uma classificação exaustiva do comportamento dos partidos brasileiros com o objetivo de enquadrá-los na dimensão esquerda ou direita, mas selecionar os partidos considerados de esquerda historicamente pelas diversas literaturas que se propuseram a construir uma classificação desse gênero no Brasil. Contudo, é importante ressaltar, que, no caso brasileiro, há uma movimentação, tanto dos partidos de direita, como os de esquerda para o centro na medida em que os governos compostos por esse antagonismo de esquerda/direita tentam equilibrar suas políticas sociais com as econômicas.

Entretanto, mesmo os partidos mantendo suas linhas ideológicas bem definidas quanto à sua identidade programática, estas têm perdido considerável espaço no que tange aos temas centrais de sua matriz ideológica. O que tem feito que, tanto os partidos de esquerda como os de direita ao assumirem governos nos países, não ousarem a implementar as políticas mais representativas de suas opções ideológicas, ambas passando a gerir os governos com a preocupação de manter a economia estável, sem negligenciar os investimentos sociais, que ainda assim, são considerados como custos dentro de uma visão capitalista de mercado. Pode-se dizer que as questões mais discutidas e que têm delimitado bem as duas dimensões esquerda/direita não têm sido bem debatidas no contexto atual, estando o debate girando em torno da necessidade do equilíbrio fiscal e a possibilidade ou não de aumentar-se os investimentos e/ou custos sociais. Isso que tem deslocado cada vez mais os partidos para o centro, não havendo uma postura mais distintiva entre os partidos, no que se refere à dimensão, talvez porque, como atores racionais que são, perceberam que o eleitorado tem se mostrado mais propenso a defender uma posição intermediária aos espectros ideológicos consolidados.

Contudo, mesmo com características mais gerais que delimitam bem o objeto de discussão das esquerdas e direitas num contexto amplo, Bobbio (1995) coloca que, diante das novas questões que apresentam-se no mundo contemporâneo, a questão da igualdade é o principal pressuposto utilizado pela esquerda e que a diferencia da direita. Sobre essa questão, Tarouco e Madeira (2013) relatam que, no caso brasileiro, não é a questão da igualdade que separa a esquerda da direita, e sim os meios para alcançá-la. Enquanto a direita reforçaria a

autoridade do Estado para que a promoção da igualdade não implique prejuízo à ordem estabelecida, a esquerda questiona essa autoridade, principalmente quando ela se volta em repressão dos movimentos sociais e políticos de cunho igualitaristas, mesmo que em determinado momento a demande em sua função redistributiva.

Partindo da igualdade como definição de diferença entre esquerda e direita num contexto mundial, somos levados a associá-la às questões pós-materialistas que se apresentam como: as discussões ambientais, étnicas, as limitações ético-religiosas, o laicismo, a valorização da paz, o debate de gênero e etc. Tudo isso num contexto mundial de agenda das esquerdas. No caso brasileiro, Tarouco e Madeira (2013) acreditam que a desigualdade social e o nível em que a pobreza se encontra presente no cotidiano nacional impedem a caracterização dos partidos brasileiros nesse rol de mudanças pós-materialistas como explicação das mudanças dentro da dicotomia esquerda/direita. O que não eliminaria a possibilidade de estas questões encontrarem espaços dentro da opinião pública brasileira e, conseqüentemente, serem acolhidas pelos partidos em seus programas, diante da existência de realidades sociais muito diferentes no país, o que podemos observar no Partido Verde, por exemplo, na defesa de uma agenda de proteção ao meio ambiente. Nesta continuidade, as categorias indicativas de posicionamento de esquerda utilizada pela autora, seriam: a regulação do mercado, planejamento econômico, economia controlada, análise marxista, expansão do *Welfare State* e referências positivas à classe trabalhadora (TAROUCO; MADEIRA, 2013).

A diminuição em importância da dimensão ideológica na agenda mais imediata dos partidos brasileiro é percebida principalmente nos processos eleitorais, através da formalização de coligações e com a formação de coalizões governamentais. Contudo, neste estudo analisamos apenas as coligações feitas no âmbito das disputas eleitorais, em que percebemos que os partidos de esquerda se coligaram mais nos processos eleitorais que ocorreram no Brasil nos últimos pleitos e extrapolaram suas políticas de aliança para os partidos fora do bloco ideológico da esquerda. Sendo assim, os partidos de esquerda, mesmo mantendo seu conteúdo programático de orientação política e ideológica, tornam-se atores racionais que buscam tirar vantagens nas disputas democráticas eleitorais se utilizando das regras estabelecidas pelo sistema eleitoral brasileiro.

2.4 O JOGO DAS REGRAS

Os sistemas partidário e eleitoral de um país são variáveis que sempre devem ser levadas em consideração no processo de disputa pelo poder político no seio das democracias. Em primeiro lugar, porque eles regulamentam as disputas e legitimam as formas com que são escolhidos parlamentares e governantes e, em segundo, pelo fato de criarem um ambiente padronizado de comportamento dos atores nos processos eleitorais, construindo assim, um ambiente de disputa entre os partidos dentro dos limites de normas pré-acordadas, o que nos evidencia, segundo Braga (2010), o nível de institucionalização dos atores partidários ao sistema político vigente.

Dentro do contexto partidário brasileiro, é de fundamental importância a compreensão sobre o comportamento dos partidos brasileiros nas disputas eleitorais, a análise sobre a influência que o sistema eleitoral brasileiro exerce sobre a organização do sistema partidário através de exigências e limites normativos atribuídos aos partidos políticos. O presente estudo ressalta duas premissas consideradas intimamente relacionadas ao contexto contemporâneo brasileiro, que são: o quociente eleitoral e a formação de coligações partidárias.

O quociente eleitoral como meta mínima a ser alcançada pelos partidos ou coligações em números de votos numa determinada eleição proporcional, para que ambos obtenham representação nos parlamentos federal, estaduais, distritais e municipais, torna-se uma regra indispensável a ser cumprida. Diante dessa obrigatoriedade, os partidos movimentam-se na expectativa de traçar a melhor estratégia para maximizar suas votações, onde começa a ser construída desde o processo de seleção que ocorre nas convenções partidárias, em que se escolhem os nomes que irão compor a lista de candidatos, assim como, a quantidade de nomes que a lista irá apresentar aos eleitores. Dentro dessa perspectiva, as coligações têm se tornado um instrumento altamente funcional dentro do contexto eleitoral brasileiro, num primeiro momento, por convergirem diversos interesses numa proposta de governo, ou seja, numa soma de esforços e interesses presentes na sociedade, nas eleições para os cargos executivos, e em segundo, por representarem um atalho considerável que os partidos utilizam para aumentar sua presença nos legislativos e conseqüentemente nos espaços de poder político de forma geral.

Tomando por base as considerações de Sartori (1982) sobre o critério numérico de Duverger (1967) em que observa que há dados importantes que mostram a diversidade dos sistemas políticos, entre os quais: a proporção na qual o poder político encontra-se fragmentado ou não, a dispersão ou concentração do poder, o número de interações que os partidos podem fazer entre si, e ainda, a complexidade do sistema político, que para ele, cresce de maneira paralela ao crescimento no número de partidos. As estratégias partidárias se relacionariam também com o número de partidos, tendo em vista que cada um representa uma parcela dos interesses presente em determinado sistema político. Complementando esta linha de análise, a partir de Downs (1999), entende-se que a formação de uma coligação passa por um cálculo racional das elites partidárias, sobre o potencial eleitoral e de influência na disputa em seu favor e ainda, sobre ao aumento do poder da mesma no sistema político.

Downs (1999) parte do argumento de que tanto os partidos quanto os eleitores agem racionalmente na busca de alcançar metas bem definidas, ou seja, os partidos buscam aumentar seu apoio eleitoral, e os eleitores apoiam os partidos ou candidatos em que as políticas definidas possam atender seus interesses mais imediatos ou de grupo. Dentro dessa visão, a política de aliança dos partidos nas eleições seria justificada pela busca de maximização de suas votações. Utilizando-se de uma escolha racional, os partidos associam-se em busca de tirar vantagens no processo eleitoral e a escolha dos aliados se dá na potencialidade de fazer essas vantagens maiores e mais seguras, quanto à ampliação eleitoral.

Com o objetivo de compreender a importância que o ato de coligar representa no processo eleitoral brasileiro, Nicolau (1996) concebe que, na maioria dos países, a formação de coligações nas eleições para os cargos majoritários é muito comum. Já no que se refere às coligações para as eleições proporcionais, o mesmo cita alguns poucos países, entre eles o Brasil. No caso brasileiro, onde a lógica dos partidos para a formação de alianças eleitorais tem os objetivos de tornarem os partidos competitivos eleitoralmente e, conseqüentemente, ocuparem espaços privilegiados de poder político, a formação de maioria nos governos, a profissionalização das elites partidárias, que tornaram-se fundamentais para a utilização das regras do sistema eleitoral a seu favor.

Nesta órbita, as elites partidárias brasileiras, sejam elas de esquerda ou direita, têm jogado com as regras do sistema eleitoral brasileiro a fim de

conquistarem vantagens no processo de disputa eleitoral, e as coligações partidárias têm sido o comportamento mais notório, no que tange a ação partidária de diminuição dos custos políticos na tentativa de conquistar espaços de poder político na sociedade. Um bom jogo das regras requer o domínio da informação em todos os seus meandros, para assim se fazer o cálculo mais seguro das ações dentro dos limites institucionais.

Se por um lado, o jogo das regras obedece a um objetivo claro na hora de construir as coligações partidárias, por outro lado, a dificuldade está em uniformizar as terminologias e indicadores acerca do comportamento dos partidos brasileiros, no que se refere à forma como estes se coligam. Neste sentido, Dantas (2010) define a respeito ao comportamento dos partidos em suas coligações eleitorais, a partir de seus conteúdos ideológicos, o termo consistente, semiconsistente e inconsistente, assim como outras terminologias como, coligações forte, média e fraca são utilizadas para classificar o comportamento coligacionista dos partidos brasileiros se utilizando da mesma lógica de proximidade ou distanciamento ideológico, mesmo com toda a dúvida que tais classificações suscitam em relação às questões de métrica das conclusões a que se chegam a respeito da consistência ou força de determinada coligação eleitoral.

Schmitt (1999) apud Krause (2012) constróem sua classificação sobre as coligações eleitorais no Brasil, através da utilização de termos como “consistentes”, “meio consistentes” e “inconsistentes” de proximidade ideológica, em que as primeiras se dão dentro do mesmo bloco ideológico da esquerda ou direita, a segunda entre os partidos de centro com partidos de um dos eixos ideológicos (direita/esquerda) e a terceira com partidos que estão situados nas dimensões opostas esquerda e direita. Ressalta ainda, que as coligações praticadas pelos partidos de esquerda no Brasil estão ficando cada vez mais “inconsistente”, ou seja, as dimensões ideológicas já não fazem tanta diferença na hora de se traçar a melhor estratégia de alianças eleitorais, que estão cada vez mais focados em retirar vantagens eleitorais buscando a maximização dos seus votos.

Neste sentido, como partidos políticos institucionalizados no sistema partidário e eleitoral brasileiro que são, é que nos debruçamos sobre as alianças eleitorais dos partidos de esquerda no Pará de 1998 a 2010 nas disputas e conquistas de cadeiras na assembleia legislativa local, com o objetivo de compreendermos a natureza ideológica e/ou pragmática que orientaram as suas

coligações. Ressaltando que, quanto mais “inconsistente” forem as coligações praticadas por tais partidos, mais se entenderá suas atuações nos processos eleitorais como comportamento estratégico movido pelo pragmatismo e estimulado pela tentativa de se fazer bom jogo das regras do sistema eleitoral brasileiro.

2.5 AS ALIANÇAS DOS PARTIDOS DE ESQUERDA NAS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARÁ DE 1998 A 2010 E O NÚMERO DE VAGAS CONQUISTAS

As políticas de alianças dos partidos de esquerda têm sido alvo de vários estudos, que vão desde a percepção da consistência ideológica das mesmas, até aos seus graus de pragmatismo dentro de uma perspectiva estratégica. No caso de nossa pesquisa, analisamos o comportamento dos principais partidos de esquerda no Pará e os resultados que alcançaram nas disputas eleitorais para o parlamento estadual de 1998 a 2010. É importante ressaltar que a pesquisa e análise, sobre as práticas coligacionistas dos partidos de esquerda no estado, são feitas dentro da perspectiva do neoinstitucionalismo da escolha racional, ou seja, os atores racionais movimentam-se e travam suas disputas dentro de um ambiente pré-determinado pelas normas do sistema eleitoral brasileiro.

No caso deste estudo, é relevante levar em consideração a dimensão estadual do processo eleitoral e do comportamento dos partidos políticos, tendo em vista considerarmos uma lógica de alianças mais localizadas e centradas nas elites partidárias locais, o que configura uma federalização do sistema eleitoral brasileiro com a existência de sistemas subnacionais (NICOLAU, 1996; MAINWARING, 1991). Dentro dessa perspectiva, não podemos negligenciar os arranjos locais na configuração das coligações formalizadas pelos partidos de esquerda, alvo de nosso estudo, que são; o PT, PC do B, PPS, PCB⁴, PV, Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Estes dois últimos, como os mais novos do bloco, surgidos a partir de cisões do PT, devido a divergências com a tática assumida pelo último nas disputas eleitorais no que se refere ao surgimento do PSTU, e no caso do PSOL com as políticas que o PT passou a implementar quando chegou ao governo federal em 2002.

⁴ O PCB em nível nacional e consequentemente no Pará, teve um esvaziamento acentuado em 1992, por lideranças que saíram para fundar o PPS.

Para Krause e Godoi (2010), a existência de uma lógica de alianças assentadas numa racionalidade política contextualizada faz com que os partidos estabeleçam acordos orientados pela dinâmica das disputas locais. Sendo assim, a existência de subsistemas regionais tem implicado nos mais variados comportamentos coligacionistas entre os partidos brasileiros. Contudo, percebe-se até mesmo pelas condicionantes das regras do jogo eleitoral, que as coligações formalizadas em torno das disputas proporcionais para os parlamentos estaduais têm sido construídas em torno das estratégias traçadas pelas elites partidárias para as disputas pelos governos estaduais, o que acaba delimitando o número de parceiros em potencial para se formalizar uma coligação proporcional. Entretanto, não se pode descartar que o caminho inverso seja feito, ou seja, que a participação em determinada coligação eleitoral para o governo de estado seja condicionada a uma estratégia eleitoral para a disputa proporcional de determinado partido.

Neste caso, em que focamos nossa análise sobre os partidos de esquerda já consolidados na literatura, em termos, de dimensões ideológicas dos partidos políticos no sistema eleitoral e partidário brasileiro, a análise de Krause (2012) sobre as estratégias coligacionistas dos mesmos para as eleições governamentais no país, de 1986 a 2010, nos revela que os partidos de esquerda foram nesse período conduzidos a não disputarem as eleições de maneira isolada, ou seja, a coligação no sentido de composição de forças eleitorais foi um comportamento frequente nas eleições analisadas. O comportamento isolacionista de alguns partidos se explica em alguns casos a partir do momento de seu surgimento em que buscam criar uma identidade com o eleitorado ou mesmo como consolidação de um espaço mais estável na arena político eleitoral.

É importante lembrar que, neste período do recorte epistemológico feito da pesquisa, embora tenham prevalecido os interesses localistas na conformação das coligações, as eleições de 2002 e 2006 mostraram-se casos atípicos ao que vinha ocorrendo até então. O fato se deu com a resolução baixada pelo TSE, conhecida como “verticalização”, em que partidos que estivessem em coligações na eleição ao majoritário nacional teriam que repeti-las respectivamente nos estados. Tal resolução deixou os partidos amarrados e os que não quiseram ficar presos nos estados adotaram a estratégia de não apoiar nenhuma candidatura a presidente, ou seja, ficaram fora das coligações nacionais. Desta forma, as elites partidárias locais puderam fazer as coligações que melhor servissem às suas estratégias eleitorais.

Contudo, a medida do TSE em relação à eleição de 2002 e que manteve-se até o pleito nacional de 2006, foi muito mal acolhida pela classe política brasileira, que logo se esforçou para derrubá-la, o que fez com que a resolução tivesse vida curta e o TSE a revogasse para as demais eleições nacionais, voltando a ser como era antes.

Diante de tal contextualização do cenário em que são construídas as coligações no sistema eleitoral e partidário brasileiro com todas as suas especificidades, iniciaremos nossa análise dos dados das coligações em que estiveram os partidos de esquerda no Pará nas disputas eleitorais para a Assembleia Legislativa local, levando em consideração o contexto político a fim de buscar compreender com mais clareza o que os levou a assumir determinadas alianças no processo eleitoral, ou seja, se as alianças construídas em torno das coligações foram mais de cunho ideológicas ou pautadas numa racionalidade estratégica e pragmática exigida pelo sistema eleitoral com o objetivo de jogar um bom jogo das regras e tirar vantagem das mesmas.

3 ANÁLISE DOS DADOS ELEITORAIS DE 1998 A 2010 NO PARÁ

3.1 METODOLOGIA

Neste capítulo, apresentamos, em primeiro lugar, os procedimentos metodológicos e técnicas de pesquisas empregadas nesse estudo.

Utilizamos a proposta de pesquisa explicativa, com métodos mistos, através de dados, esclarecendo sobre as estratégias de coligações dos partidos de esquerda no Pará, via estratégias ideológicas e/ou programáticas de alianças e, dessa forma, compreender a lógica de suas ações. Ao mesmo tempo, adotamos o caminho analítico que está relacionado à concepção de que o conhecimento científico tem caráter transitório e histórico e que, por esse motivo, é preciso "ler" a realidade, a partir dos elementos estruturantes do fato daquele momento.

Em seguida, serão analisados os resultados e dados da pesquisa sobre o comportamento coligacionista dos partidos de esquerda, nos processos eleitorais no período de 1998 a 2010, dando ênfase às disputas proporcionais para a Assembleia Legislativa do Pará, ALEPA, além da Consistência ou Inconsistência das coligações, nesse período. Foram utilizadas as informações obtidas através dos repositórios de dados do TSE dos anos de 1998, 2002, 2006 e 2010.

Não é de surpreender que, nas ciências sociais, a pesquisa ocupe um lugar fundamental no que se refere à análise e busca de explicações e possíveis soluções para os fenômenos sociais. Segundo Marconi e Lakatos (1996), uma das finalidades da pesquisa é desvendar as respostas para temas em estudo, mediante a aplicação de métodos científicos de investigação. Para Lamas (2001), a metodologia de investigação encontra-se estruturada em dois momentos diferentes e independentes: o primeiro tem relação com a obtenção de informações e dados, nele se agrupam todos os atos intelectuais considerados indispensáveis à formulação e também à resolução dos problemas em estudo – isto é, tentar encontrar respostas para os fenômenos que estamos a pesquisar. Argumenta Lamas (2001) que esta é a primeira ocasião para conhecer os fenômenos pesquisados em si. O segundo está

relacionado com o caminho que percorremos para chegar a esses fenômenos e para acumular conhecimentos acerca do que pesquisamos. (Lamas, 2001).

King, Keohane e Verba (1994) colocam que, no campo das ciências sociais, as pesquisas dividem-se em duas partes ou opções metodológicas: a pesquisa qualitativa designada por Humanista- Discussiva e a quantitativa, que se pode chamar de sistemática e generalizadora. De acordo com os autores, a pesquisa qualitativa envolve uma ampla gama de enfoques, não numéricos, nas quais se busca analisar um número reduzido de casos e, em algumas circunstâncias, é estudado apenas um caso. Utilizam-se análises profundas por meio de fontes históricas, documentos, entrevistas, história oral, dentre outras. Argumentam ainda que a pesquisa qualitativa tenta sempre estudar de forma global e exaustiva um determinado acontecimento e utiliza sempre o método discursivo e analítico (King, Keohane e Verba 1994). O segundo é a pesquisa quantitativa, que se pode chamar sistemática e generalizadora. De acordo com os autores mencionados este tipo de pesquisa, em geral, utiliza o método estatístico em suas diferentes modalidades (descritiva e inferencial). King, Keohane e Verba (1994) afirmam que, nas pesquisas quantitativas, faz-se necessário partir de casos concretos para que possamos comprovar hipóteses causais ou se chegar a uma descrição global do fenômeno analisado (King Keohane e Verba, 1994).

Segundo estes autores, muitos pesquisadores acreditam que o único caminho para se conhecer e analisar alguns fenômenos, em ciências sociais, é a análise estatística sistemática e tiveram a preocupação de explicar que a diferença entre a pesquisa qualitativa e quantitativa está apenas na utilização ou não de dados estatísticos, porém afirmam que a sua importância, em termos metodológicos e de conteúdo, são idênticas. O ponto central e de extrema importância, segundo estes autores, está na atenção que os pesquisadores devem ter nas regras de inferência científica. Os melhores estudos têm que combinar tanto características qualitativas quanto quantitativas. (King, Keohane e Verba, 1994).

Pretendemos, em nosso trabalho, fazer uma abordagem quantitativa e qualitativa, que nos permita explicar a natureza das estratégias dos partidos de esquerda no Pará e seus respectivos indicadores. Vale ressaltar que uma das principais dificuldades encontradas foi o acesso aos dados sistematizados sobre o tema pesquisado.

Agora, passaremos a indicar as fontes e os procedimentos metodológicos utilizados, mas antes é preciso dizer que realizar uma pesquisa científica na área de Ciência Política é complexo, uma vez que os dados são precários e muitas vezes de difícil acesso. Esta pesquisa exigiu uma seleção explícita dos dados relativos ao tema estudado, não só para que venha subsidiar outros pesquisadores, se julgarem relevante, como também para que fosse possível avaliar sua qualidade.

Nesse estudo, na construção da base de dados utilizada na parte empírica, foram empregados os seguintes procedimentos: consultamos o repositório de dados do TSE, dos anos de 1998, 2002, 2006 e 2010, os resultados legislativos, documentos oficiais dos partidos políticos, jornais (on line); Estatutos e Leis dos Partidos Políticos; Regimes Jurídicos dos Partidos Políticos, Lei Eleitoral e Boletins Oficiais (B.O.).

O referencial teórico anteriormente apresentado abordou os sistemas partidários e eleitorais, o que possibilitou uma compreensão mais profunda do sistema político brasileiro, a fim de observar o grau de influência que este exerce na consolidação dos objetivos partidários da esquerda no Pará, na eleição de representantes na Assembleia Legislativa do Pará.

3.2 AS COLIGAÇÕES DOS PARTIDOS DE ESQUERDA NA ELEIÇÃO DE 1998 NO PARÁ E SUAS CONQUISTAS

A eleição de 1998 no Pará girou em torno da polarização entre o PSDB e PMDB pela conquista do Governo do Estado. Correndo por fora, aparecia um bloco de partidos de esquerda composto pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido do Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PC do B) e Partido Comunista Brasileiro (PCB). Conforme havíamos ressaltado acima, as estratégias montadas pelos partidos nas eleições proporcionais acabaram sendo reflexo da disputa majoritária, ou seja, as alianças eleitorais dos partidos de esquerda tiveram seu espaço de coligação diminuído, ao terem que optar pelos parceiros mais estratégicos dentro da respectiva coligação majoritária a que estavam submetidos. Outros dois partidos considerados de esquerda e presentes em nosso estudo, o PPS e o PV, compuseram a coligação majoritária do PSDB na disputa pelo Governo do Estado. Um fato que merece ser destacado é que a eleição de 98 marca uma inovação no sistema eleitoral brasileiro, a reeleição para os ocupantes de cargos

executivos, tais como: presidente da república, governadores de estados e distrito federal e prefeitos. Dentro do contexto da disputa eleitoral no Pará, observando as especificidades locais, é que buscamos compreender o comportamento dos partidos de esquerda em 1998 na conformação de suas coligações na disputa por vagas para a ALEPA.

A Figura 2 nos mostra os partidos considerados de esquerda e as coligações formadas com os partidos situados fora do seu eixo ideológico, a partir dos quais traçamos uma linha analítica observando em níveis de consistência, meio-consistência e inconsistência de tais coligações, quanto à sua carga de concepções ideológicas e/ou pragmáticas na disputa por vagas na Assembleia Legislativa do Pará. Contudo, é importante ressaltar, que os partidos de esquerda no Pará nunca tiveram em um mesmo bloco coligados na sua integralidade, o que leva a crer que, embora de mesma orientação ideológica, têm diferenças que os dividem muitos mais que as semelhanças possam uni-los.

FIGURA 2 – A ESTRATÉGIA DAS COLIGAÇÕES DOS PARTIDOS DE ESQUERDA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ NAS ELEIÇÕES DE 1998.

PARTIDO	LEGENDA	SIGLA	COLIGAÇÃO
PARTIDO POPULAR SOCIALISTA	23	PPS	COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA POPULAR (PPS/PSC/PSD/PV)
PARTIDO VERDE	43	PV	COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA POPULAR (PPS/PSC/PSD/PV)
PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO	21	PCB	FRENTE DO POVO. (PSB/PC do B/PCB)
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	40	PSB	FRENTE DO POVO. (PSB/PC do B/PCB)
PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	65	PC do B	FRENTE DO POVO. (PSB/PC do B/PCB)
PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA	12	PDT	SEM COLIGAÇÃO
PARTIDO DOS TRABALHADORES	13	PT	SEM COLIGAÇÃO
PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO	16	PSTU	SEM COLIGAÇÃO

FONTE: REPOSITÓRIO DE DADOS DO TSE, 1998

O contexto partidário de 1998, no Pará, sobre as coligações dos partidos de esquerda, nos revela que a formação de alianças pelos mesmos foi fortemente influenciada pelo processo de sucessão majoritária ao governo do estado. O PSDB, que buscava a reeleição de Almir Gabriel, comandava uma coligação majoritariamente com partidos considerados de direita – PPB, PTB, Partido da Mobilização Nacional (PMN), Partido Social Cristão (PSC), Partido Trabalhista do Brasil (PT do B), Partido Liberal (PL), PSD –, que abrigava ainda dois partidos mais à esquerda, tais como: PPS e PV e ainda contava com o apoio informal do PDT. No

que tange aos demais partidos de esquerda, o PT, PC do B, PCB e PSB, formavam um bloco em torno da candidatura do então senador Ademir Andrade ao Governo do Estado, sem densidade eleitoral para ir ao segundo turno, e o PSTU lançou a candidatura da sindicalista Cacilda Pinto ao executivo estadual (SIQUEIRA, 1999).

Os dados da Figura 2 nos evidenciam que, mesmo estando num campo de possíveis alianças amarrado pelas coligações majoritárias, o cálculo da melhor estratégia se torna algo que a elite partidária tem que fazer com maestria, além de saber jogar com as regras, ela tem que saber o potencial de cada aliado. De posse das informações perfeitas, do ponto de vista downsiano⁵, a decisão de coligar ou não passa a ser uma decisão racional dessa elite partidária, que percebemos no caso da posição assumida pelos partidos de esquerda que formaram a coalizão de apoio à reeleição do então governador Almir Gabriel. Enquanto PPS e PV que participam da mesma coligação extrapolam suas estratégias coligacionistas para além dos limites ideológicos que os diferenciam dos outros partidos, o PDT prefere sair sem coligar-se, possivelmente por estar mais consolidado no estado, já que era àquela altura um partido nacional com um capital político importante e, com isso, já usufruía de recursos políticos que favorecesse tal decisão.

Dos partidos que formalizaram o bloco de esquerda em torno da candidatura do então senador Ademir Andrade do PSB, três deles haviam composto a coligação que levou Almir Gabriel na eleição anterior de 1994 ao governo do estado, com exceção do PT que lançaria na ocasião candidatura própria. No entanto, a agenda nacional do PSDB de privatização e suas consequências, como a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, agravando-se com a venda da estatal paraense do setor elétrico, que era a Central Elétrica do Pará (CELPA), a relação com o governo tucano⁶ no estado começara a estremecer, contudo só chegou ao fim com o episódio do assassinato de 19 trabalhadores rurais em confronto com a polícia militar do estado, na desobstrução de rodovia estadual conhecida como PA, 150.

No processo eleitoral para a assembleia legislativa do Pará, PSB, PC do B e PCB resolveram sair coligados, mais do que uma união ideológica criada em torno

⁵ A informação perfeita para Downs (1999) consiste na capacidade que o homem tem de hierarquizar suas preferências, no sentido de favorecê-lo a tomar sua decisão pela alternativa (meios) que o favoreça atingir o seu fim (objetivo) com os menores custos possíveis. No caso acima, a decisão de coligar e a escolha do melhor parceiro se dá para eleger o maior número possível de representantes de seus partidos, com baixos custos políticos.

⁶ O governo do PSDB é conhecido como "governo tucano", por ser esta ave típica da fauna brasileira o símbolo do partido.

da eleição majoritária que trouxe, para o debate, críticas contundentes às políticas neoliberais implementadas pelos governos do PSDB no Brasil e, em especial no Pará, no caso deste estudo. A estratégia foi direcionada dentro do pequeno espectro dos partidos de esquerda que compunham o bloco, no sentido de maximizar o apoio eleitoral e aumentar a chance de eleição dos candidatos da sua coligação proporcional. O PT que, dos partidos do bloco se mostrava mais capilarizado, em parte pela sua característica fundante, ou seja, a partir da sociedade civil organizada, e também pelas estratégias de disputas de lançamento de candidaturas, como afirmação de uma identidade com o eleitorado, saiu sem coligar-se na disputa proporcional para a assembleia legislativa local. O PSTU como partido de esquerda optou por não fazer alianças nem mesmo no âmbito da esquerda, o que configura um quadro em que o partido pouco privilegia as disputas eleitorais como forma de disputa pelo poder político na sociedade.

Nas eleições de 1998, a partir do cenário estadual de disputa política pelo governo do estado e conseqüentemente pelas vagas na Assembleia Legislativa do Pará, percebemos que as alianças que extrapolaram as dimensões ideológicas nas disputas proporcionais foram construídas a partir da coligação majoritária, como foi o caso do PPS e do PV, que passaram a jogar com as regras do sistema eleitoral. No entanto, o fato de o PDT, outro partido de esquerda no bloco de partidos mais à direita, não ter coligado com nenhum outro partido, não significa que tomou essa atitude por questões ideológicas, mas o fato de estar na coligação suprapartidária construída pelo PSDB em torno da reeleição de Almir Gabriel, mesmo que informalmente, já demonstra a sua lógica pragmática de disputa nos processos eleitorais no estado do Pará.

Diante da perspectiva de que as coligações eleitorais formalizadas pelos partidos políticos visam tirar vantagem do processo eleitoral que lhe possibilite o aumento de suas votações e conseqüentemente a conquista de cargos e, dentro de uma classificação de natureza ideológica e pragmática que uma coligação possa ter, em termos de consistência, meio consistência e inconsistência, é que analisou-se as coligações proporcionais, que os partidos em questão conformaram na eleição de 1998, a fim de dimensionar-se o comportamento dos mesmos em relação às suas buscas e conquistas de vagas na assembleia legislativa do estado. Desta forma, o Quadro 3, expõe a classificação das coligações dos partidos de esquerda na eleição

proporcional para a ALEPA em 1998, em termos de proximidade ou afastamento ideológico entre os partidos que as compuseram.

QUADRO 1 – CLASSIFICAÇÃO DAS COLIGAÇÕES PROPORCIONAIS NAS ELEIÇÕES DE 1998, NO PARÁ.

PARTIDOS E COLIGAÇÕES PROPORCIONAIS NAS ELEIÇÕES PARA A ALEPA EM 1998.		
Partido	Coligação	Classificação
PPS	COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA POPULAR (PPS/PSC/PSD/PV)	Inconsistente
PV	COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA POPULAR (PPS/PSC/PSD/PV)	Inconsistente
PCB	FRENTE DO POVO (PCB/PC do B/PSB)	Consistente
PC do B	FRENTE DO POVO (PCB/PC do B/PSB)	Consistente
PSB	FRENTE DO POVO (PCB/PC do B/PSB)	Consistente

FONTE: A AUTORA DA PESQUISA, 2020.

*PT e PDT, embora estando coligados cada um numa coligação majoritária, saíram isolados na disputa proporcional para a ALEPA.

**O PSTU não coligou na eleição para o cargo majoritário e consequentemente assim o fez também na eleição proporcional para a ALEPA.

Podemos tirar algumas conclusões a partir da figura exposta. Em primeiro, a de que a aproximação dos partidos de esquerda em uma mesma coligação foi resultado do ambiente construído em torno das coligações majoritárias em que estiveram participando. Em segundo, que os aliados foram escolhidos para diminuir os custos na disputa por vagas para a assembleia legislativa do estado com a tentativa de aumentar o número de votação. O PPS e o PV, por estarem submersos numa coligação suprapartidária para o executivo estadual em 1998, que ia além dos partidos de esquerda, tiveram mais opções de aliados para a disputa para a ALEPA e, sem muita dificuldade, construíram uma coligação “inconsistente”, tendo em vista que o PSC e PSD estavam localizados mais à direita do espectro ideológico. Já os partidos como PSB, PCB e PC do B estiveram inseridos numa coligação “consistente” devido à proximidade ideológica que estes teriam entre si. Contudo, podemos dizer que nas eleições de 1998 para a assembleia legislativa paraense, os partidos de esquerda no Pará coligaram-se em sua maioria, como estratégia de diminuir os custos e ampliar suas votações e suas coligações mostraram-se divididas em termos de consistência e inconsistência, o que nos leva a supor uma

maior importância dada às regras e a tirada de vantagens que o domínio dessas pudesse dar na disputa eleitoral, ou seja, a estratégia na utilização das normas a seu favor teria importância fundamental para se chegar ao objetivo de conquistas de vagas na ALEPA.

No caso das vagas conquistadas com as estratégias que traçaram na eleição de 1998 para a assembleia legislativa do estado, apresentamos a Figura 3 (abaixo) com o número de cadeiras que cada coligação conseguiu em tal eleição e a detalhamos por partidos que compuseram a mesma, a fim de percebermos o desempenho dos partidos de esquerda na eleição daquele ano para a ALEPA.

FIGURA 3- VAGAS CONQUISTADAS PELAS COLIGAÇÕES E PARTIDOS DE ESQUERDA NAS ELEIÇÕES DE 1998, NO PARÁ.

VAGAS CONQUISTADAS PELAS COLIGAÇÕES E PARTIDOS NAS ELEIÇÕES DE 1998.		
COLIGAÇÃO/PARTIDO	VAGAS	PARTIDOS
COLIGACAO DEMOCRATICA POPULAR (PPS/PSC/PSD/PV)	3	PSD -2; PPS - 1
FRENTE DO POVO (PSB, PC do B, PCB)	2	PSB - 1, PC do B -1
PARTIDO DOS TRABALHADORES (SEM COLIGAÇÃO)	4	PT - 4
PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA (SEM COLIGAÇÃO)	3	PDT - 3
PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADOS (SEM COLIGAÇÃO)	0	PSTU - 0

FONTE: REPOSITÓRIO DE DADOS DO TSE, 1998.

A figura 3 nos revela que, dos partidos de esquerda que estiveram em coligações fora do seu eixo ideológico, ou seja, PPS e PV, somente o primeiro conseguiu alcançar uma vaga na ALEPA, ficando as demais vagas da sua coligação com o PSD, partido mais à direita no espectro ideológico esquerda/direita. Já no caso dos partidos que compuseram coligação na disputa eleitoral para o legislativo estadual dentro de seu eixo ideológico da esquerda, apenas o PCB não conseguiu conquistar vaga, os demais, PC do B e PSB, ficaram com uma cadeira cada. O PT, PDT e PSTU resolveram sair sozinhos na coligação proporcional para a ALEPA e, destes, somente o último não obteve êxito em sua estratégia, não conquistando

vaga alguma. Juntos PT e PDT ficaram com setenta por cento (70%) das vagas que as legendas de esquerda conquistaram na eleição de 1998, ficando o PT com quatro (04) cadeiras e o PDT com três (03) vagas na ALEPA.

Do ponto de vista de representação conquistada junto ao legislativo do Pará na eleição de 1998, podemos dizer que os partidos de esquerda obtiveram êxito tanto nas suas estratégias coligacionistas ou mesmo na preferência de disputar a eleição de maneira isolada de coligação. No que tange aos cinco (05) partidos que estiveram em coligações, apenas dois (02) não conquistaram representantes. Os outros três (03) partidos ficaram com um representante cada, o que representa trinta por cento (30%) das vagas conquistadas por toda a esquerda nesta eleição de 1998. Dos oito (08) partidos de esquerda que disputaram o pleito de 98 para a ALEPA, cinco (05) conseguiram obter êxito na conquista de representação naquela casa de leis, o que configura estratégias bem sucedidas no complexo e disputado jogo eleitoral daquele ano, avaliando pelo número de partidos que conseguiram se fazer representar na assembleia legislativa do Pará. No total, os partidos considerados de esquerda tiveram eleitos dez (10) representantes, em que sete (07) vagas ficaram nas mãos dos dois (02) partidos mais estruturados nacionalmente àquela altura, PT e PDT, e as outras três vagas restante ficaram distribuídas por outras três legendas que foram PPS, PSB e PC do B.

3.3 A ESQUERDA E SUAS COLIGAÇÕES PARA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARÁ NAS ELEIÇÕES DE 2002 E SUAS CONQUISTAS

As eleições de 2002 apresentaram um novo elemento ao sistema eleitoral brasileiro, que foi a obrigatoriedade de se repetir nos estados federados as coligações aos cargos majoritários nacionais para o executivo. A verticalização das coligações, como tal obrigatoriedade ficou conhecida, foi editada com o discurso de facilitar a identificação por parte dos eleitores a que grupo de partidos e a qual projeto estaria votando, dando ao mesmo mais controle sobre os candidatos e partidos em que votariam. No entanto, os partidos que não estivessem em nenhuma das coligações majoritárias nacionais para presidente, estariam desobrigados de seguir um padrão nos estados, coligando-se conforme a lógica estratégica que melhor os levariam a obter vantagens no processo eleitoral.

Neste sentido, a verticalização impôs aos estados a fragmentação política semelhante a que estava em torno da disputa presidencial no País. No Pará, os partidos de esquerda estavam divididos por cinco candidaturas majoritárias, das oito que concorriam pelo poder no estado, sendo cabeça de chapa em três delas, na figura do PSB, PT e PSTU, respectivamente. Nas outras duas candidaturas, exerceram o papel de forças secundárias como membros das coligações. Contudo, ressaltamos que a disputas majoritária nacional e estadual forneceram aos partidos de esquerda no estado, o cenário e seus limites para buscarem traçar suas estratégias para a disputa proporcional para a assembleia legislativa e a Figura 4 nos expõe o resultado desses espaços em que as coligações de tais partidos foram construídas.

FIGURA 4 – A ESTRATÉGIA DAS COLIGAÇÕES DOS PARTIDOS DE ESQUERDA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ NAS ELEIÇÕES DE 2002.

PARTIDO	LEGENDA	SIGLA	COLIGAÇÃO
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	40	PSB	COLIGAÇÃO O PARÁ NAS MÃOS DO POVO (PSL / PSC / PHS / PSB / PGT / PTC)
PARTIDO DOS TRABALHADORES	13	PT	COLIGAÇÃO O PARÁ PARA TODOS (PT / PCB / PL / PMN / PC do B)
PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO	21	PCB	COLIGAÇÃO O PARÁ PARA TODOS (PT / PCB / PL / PMN / PC do B)
PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	65	PC do B	COLIGAÇÃO O PARÁ PARA TODOS (PT / PCB / PL / PMN / PC do B)
PARTIDO VERDE	43	PV	COLIGAÇÃO PARÁ PROGRESSO (PST / PSDC / PRTB / PSD / PV / PRP / PRONA / PT do B)
PARTIDO POPULAR SOCIALISTA	23	PPS	COLIGAÇÃO (PPS-PTN)
PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA	12	PDT	SEM COLIGAÇÃO
PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO	16	PSTU	SEM COLIGAÇÃO

FONTE: REPOSITÓRIO DE DADOS DO TSE, 2002.

Os dados da Figura 5 nos evidenciam a fragmentação em que os partidos de esquerda encontravam-se e nos revelam a estratégia de alianças para a eleição proporcional que tais partidos traçaram. O PSB saiu com a candidatura própria do então senador Ademir Andrade ao governo estadual, e fez uma aliança que extrapolava o campo dos partidos considerados de esquerda. Tal comportamento se refletiu também na estratégia para a disputa proporcional para a assembleia legislativa no estado, ou seja, o fator de aproximação ideológica não teve muita importância na hora da composição de sua aliança.

O PT, PCB e PC do B mantiveram a proximidade da eleição de 1998, mas com a entrada do PL e PMN na coligação nacional, que elegeria naquela eleição Luís Inácio Lula da Silva presidente. No estado, era necessária a repetição da aliança nacional na eleição majoritária local, fato que interferiu, substantivamente,

na configuração da coligação para as eleições proporcionais da assembleia legislativa, tendo em vista que tal coligação ficou restringida aos partidos que estiveram na coligação majoritária para presidente. A extrapolação dos campos ideológicos que diferenciam os partidos entre si, no nível das eleições presidenciais e para governadores, implicou na disputa para o parlamento local, remetendo a uma lógica muito mais estratégica e pragmática dos partidos de esquerda, como forma de melhorar as chances de chegar aos espaços de poder no sistema político nacional e local.

A construção de uma aliança nacional, chamada de “Frente Trabalhista”, pelo PPS, PDT, PTB e Partido Trabalhista Nacional (PTN), estabeleceu o cenário no estado que os dois partidos mais à esquerda teriam que trabalhar suas estratégias tanto para o executivo local, como para a ALEPA. A frente trabalhista ia além dos limites do trabalhismo, visto a partir da ótica da esquerda, e estabelecia relação com uma visão do mesmo fenômeno mais próxima da direita. Neste sentido, o PPS resolveu pela adoção de aliança com o PTN, partido considerado fora do eixo da esquerda e o de potencial menos ofensivo, para a disputa por vagas na assembleia legislativa local. O PDT manteve seu comportamento da eleição anterior de sair sem coligar na eleição proporcional para o parlamento estadual.

O PV, por não ter lançado candidatura à presidência e não estando presente formalmente em nenhuma coligação de candidatura majoritária, ficou livre para se aliar nos estados, conforme as especificidades locais, e traçar a estratégia que melhor contribuísse para seu empoderamento local. Neste sentido, o PV no Pará optou por coligar-se na majoritária com o PSDB e, na proporcional para a assembleia legislativa, uniu-se a sete (07) outros pequenos partidos, todos fora do eixo dos partidos tidos como de esquerda no Brasil. Já o PSTU manteve a linha de não coligar-se tanto na eleição majoritária como na proporcional, tanto nacionalmente como nas eleições estaduais de 2002.

Neste sentido, a partir da classificação das coligações em níveis de consistência, meio consistência e inconsistência ideológica que os partidos de esquerda no Pará escolheram seus parceiros para se coligarem na eleição para a ALEPA, em 2002, é que expomos o Quadro 2, com os partidos e suas respectivas coligações.

QUADRO 2 – CLASSIFICAÇÃO DAS COLIGAÇÕES PROPORCIONAIS NAS ELEIÇÕES DE 2002, NO PARÁ.

PARTIDOS E COLIGAÇÕES PROPORCIONAIS NAS ELEIÇÕES PARA A ALEPA EM 2002.		
Partido	Coligação	Classificação
PSB	O PARÁ NAS MÃOS DO POVO (PSL/PSC/PSB/PHS/PGT/PTC)	Inconsistente
PT	PARÁ PARA TODOS (PT/PC do B/PCB/PL/PMN)	Inconsistente
PC do B	PARÁ PARA TODOS (PT/PC do B/PCB/PL/PMN)	Inconsistente
PCB	PARÁ PARA TODOS (PT/PC do B/PCB/PL/PMN)	Inconsistente
PV	PARÁ PROGRESSO (PST/PRTB/PSDC/PSD/PV/PRP/PRONA/PT do B)	Inconsistente
PPS	COLIGAÇÃO (PPS-PTN)	Inconsistente

FONTE: A AUTORA DA PESQUISA, 2020.

*PDT embora coligado na majoritária com outros partidos, resolveu sair sem coligar-se na proporcional; **PSTU saiu isolado na majoritária e proporcional.

O Quadro 2 nos mostra a maioria dos partidos de esquerda no Pará optando por fazer coligação na disputa proporcional para a Assembleia Legislativa do Estado e todas as coligações indo além da semelhança ideológica que os colocam em determinado grupo de partidos. Esse dado atesta a tendência cada vez maior de coligação como tática eleitoral dos partidos de esquerda no Brasil. Com o aumento do comportamento coligacionista dos partidos, se observa desde 1994, segundo Krause e Godoi (2010), um aumento gradativo da prática de alianças tidas como “inconsistentes” do ponto de vista da aproximação ideológica dos partidos, que compuseram as coligações eleitorais de maneira geral.

Desta forma, percebemos, na eleição de 2002 para a Assembleia Legislativa paraense, que apenas dois partidos saíram isolados na disputa eleitoral. Os demais, que fizeram coligações, escolheram aliados muito além das afinidades ideológicas, ou seja, numa ação coligacionista elaborada por um princípio baseado numa racionalidade instrumental da perspectiva downsianiana de economia dos esforços e maximização dos ganhos. Isso corrobora o posicionamento de Krause e Godoi (2010), de que a coligação seria um instrumento disponível para alcançar o maior número de eleitores possível, sem descartar o objetivo de ter maior influência e acesso à máquina governamental com a aproximação dos núcleos decisórios pós-

eleição. Nesse caso, o eixo esquerda-direita não seria o fator principal que levaria os partidos a coligarem-se, dado que o pragmatismo assumiria a prioridade no processo do cálculo que pudesse colocar os partidos em condições vantajosas de disputa eleitoral. Sendo assim, as coligações praticadas pelos partidos de esquerda no Pará, na eleição de 2002, foram todas pragmáticas, o que deu a elas, do ponto de vista do conteúdo ideológico, a classificação de “inconsistentes”, mostrando que a estratégia de ultrapassar os limites do seu eixo ideológico foi acertada, tendo em vista o objetivo principal naquela eleição proporcional para a ALEPA, que foi ter garantido aos mesmos a representatividade buscada com tais coligações.

A estratégia coligacionista dos partidos de esquerda, na eleição proporcional de 2002, rendeu-lhes algumas cadeiras no parlamento paraense, em que o PSB, na coligação “O Pará nas mãos do Povo”, ficou com a única vaga conseguida pela coligação. A coligação “O Pará para todos” conseguiu dez (10) vagas, em que cinco (05) delas foram para o PT, uma para o PC do B e as outras quatro (04) ficaram com o PL. O PPS na sua coligação com o PTN conseguiu apenas uma vaga que ficou com o Partido Popular Socialista. Já o PDT que saiu isolado conseguiu conquistar duas vagas na assembleia legislativa, e a coligação do PV conseguiu quatro (04) vagas sendo que nenhuma delas ficou com o mesmo, ficando o PST e o PSD ambos com duas vagas.

A Figura 5 mostra como ficou a distribuição das vagas conquistadas na ALEPA, em 2002, pelos partidos de esquerda.

FIGURA 5 – VAGAS CONQUISTADAS PELAS COLIGAÇÕES E PARTIDOS DE ESQUERDA DO PARÁ, NAS ELEIÇÕES DE 2002.

VAGAS CONQUISTADAS PELAS COLIGAÇÕES E PARTIDOS DE ESQUERDA NAS ELEIÇÕES DE 2002		
COLIGAÇÃO/PARTIDO	VAGAS	VAGA POR PARTIDO
COLIGAÇÃO O PARÁ NAS MÃOS DO POVO (PSL / PSC / PHS / PSB / PGT / PTC)	2	PSB - 2
COLIGAÇÃO O PARÁ PARA TODOS (PT/ PCB /PL/PMN/ PC do B)	11	PT - 5, PL - 5, PC do B - 1
COLIGAÇÃO PARÁ PROGRESSO (PST/PSDC/PRTB/PSD/ PV /PRP/PRONA/PT do B)	4	PSD - 2, PST - 2
COLIGAÇÃO (PPS -PTN)	1	PPS - 1
PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA	2	PDT - 2
PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES	0	PSTU - 0

UNIFICADOS		
-------------------	--	--

FONTE: REPOSITÓRIO DE DADOS DO TSE, 2002.

Na eleição de 2002, os partidos de esquerda no Pará, somados, conseguiram onze (11) representantes na ALEPA. Contudo, essas vagas ficaram distribuídas entre cinco (05) dos oito (08) partidos de esquerda que disputaram a eleição de 2002. Dos oito (08) partidos de esquerda que disputaram a eleição de 2002, apenas dois (02) saíram sem coligar na disputa para a ALEPA que foram o PDT e PSTU, e entre os seis (06) restantes que estiveram em coligação, apenas PV e PCB não obtiveram êxito na conquista de uma cadeira no legislativo do Pará. Crescendo em uma vaga em relação à eleição de 98, as vagas ficaram distribuídas pelas mesmas cinco (05) legendas que conquistaram vagas na eleição anterior para a ALEPA, que foram: PT, PDT, PSB, PC do B e PPS. Nesta lógica de análise, levando em consideração o número de partidos de esquerda que disputaram a eleição para a ALEPA em 2002 e o número de partidos que alcançaram representatividade parlamentar naquela casa de leis, podemos dizer que as estratégias coligacionistas, que foram traçadas pela maioria dos partidos analisados, surtiram o efeito desejado na disputa eleitoral por vagas para a assembleia legislativa do Pará.

3.4 A ALIANÇA DOS PARTIDOS DE ESQUERDA PARA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARÁ EM 2006 E SUAS CONQUISTAS

As eleições de 2006, no Pará, representaram a suspensão de um período de doze anos do PSDB sobre o governo do estado. Os partidos de esquerda estavam mais uma vez divididos em coligações diferentes para as eleições majoritárias. De um lado, na coligação de apoio à candidatura tucana de Almir Gabriel, que tentava seu terceiro mandato no comando do Pará, estavam o PPS e PV e, informalmente, o PDT, tendo em vista o partido ter lançado a candidatura do então senador pelo Distrito Federal, Cristovam Buarque, para presidente e pelo fato de ainda estar vigorando a regra da verticalização das coligações, naquela eleição, estava impedido de fazer uma adesão formal à candidatura tucana no estado. No bloco opositor estavam o PT, PC do B e PSB, que acabou polarizando a disputa no primeiro turno, vindo a ganhar no segundo turno com a eleição da então senadora Ana Júlia Carepa do PT. O PCB, dessa vez, sai aliado com o recém-nascido PSOL,

que foi fundado por um grupo de parlamentares e militantes do PT que saíram e/ou foram expulsos depois de divergirem de algumas políticas implementadas pelo governo nacional comandado pelos petistas e lançaram a candidatura do ex-prefeito de Belém Edmilson Rodrigues. O PSTU continuou na sua tradicional postura de lançar candidatura isolada aos cargos majoritários e proporcionais no Pará. Neste contexto, a Figura 6 nos mostra como ficou a conformação das alianças eleitorais para o parlamento paraense nas eleições de 2006.

FIGURA 6 – A ESTRATÉGIA DAS COLIGAÇÕES DOS PARTIDOS DE ESQUERDA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, NAS ELEIÇÕES DE 2006.

PARTIDO	LEGENDA	SIGLA	COLIGAÇÃO
PARTIDO DOS TRABALHADORES	13	PT	PT- PC DO B - PRB
PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO	21	PCB	FRENTE DE ESQUERDA (PSOL/PCB)
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	40	PSB	COLIGAÇÃO MUDA PARÁ - PSB/PTN
PARTIDO VERDE	43	PV	UNIDOS PELO PARÁ (PV/PAN/PRTB/PMS/PTC/PRP/PRONA/PT do B)
PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE	50	PSOL	FRENTE DE ESQUERDA (PSOL/PCB)
PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	65	PC do B	PT- PC DO B - PRB
PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA	12	PDT	SEM COLIGAÇÃO
PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO	16	PSTU	SEM COLIGAÇÃO
PARTIDO POPULAR SOCIALISTA	23	PPS	SEM COLIGAÇÃO

FONTE: REPOSITÓRIO DE DADOS DO TSE, 2006.

A análise dos dados sobre as coligações dos partidos de esquerda nas eleições de 2006 para a assembleia legislativa paraense, nos revela o PT e o PC do B mais uma vez dividindo o mesmo espaço na coligação proporcional, só que agora com o Partido Republicano Brasileiro (PRB), um partido construído a partir de parlamentares e lideranças ligadas à bancada evangélica da Igreja Universal no Congresso brasileiro. Neste sentido, embora conservando-se como aliados históricos no mesmo eixo da esquerda, PT e PC do B não se furtaram a expandir o seu leque de alianças, tanto na eleição ao majoritário quanto para a proporcional, a um partido que não tinha nenhuma afinidade ideológica, ou mesmo se poderia dizer, que eram incompatíveis. Mais uma vez o processo de disputa alimenta a lógica de tirar vantagem eleitoral de suas políticas de aliança. O PSB que participava da mesma coligação em torno da candidatura majoritária dos petistas ao governo do Pará resolve sair coligado com o PTN, que era a força política menos expressiva de tal coligação e não estava localizado no eixo dos partidos de esquerda.

O PDT, de maneira informal, o PPS e o PV voltaram a compor, nas eleições majoritárias de 2006, a chapa dos tucanos em favor da candidatura de Almir Gabriel. Dentro deste contexto, o PV opta por fazer coligação com alguns partidos menores que compunham a coligação majoritária para governo do Pará. No entanto, os parceiros escolhidos gravitam fora da dimensão dos partidos considerados de esquerda no Brasil, o que nos assegura afirmar que tal coligação, para a disputa por vagas na assembleia legislativa paraense, foi uma estratégia formulada do ponto de vista competitivo no processo eleitoral, ou seja, muitos partidos coligados aumentam a chance de ultrapassar o quociente eleitoral e ainda, o tamanho dos partidos e a influência de seus principais candidatos colocariam o PV com uma competitividade maior na disputa por vagas na assembleia legislativa do estado.

Comportamento diferente adotaram o PDT e o PPS. Ambos estiveram juntos compondo a frente trabalhista na eleição de 2002, agora já estavam abrigados no governo tucano de Simão Jatene, eleito naquele mesmo ano. Contudo, mais capilarizados na sociedade paraense ou mesmo buscando criar uma identidade mais sólida do partido com os eleitores no estado, tanto PDT quanto PPS decidem jogar o jogo eleitoral de maneira isolada nas eleições proporcionais para o parlamento paraense. Dentro dessa perspectiva, mesmo com a coligação majoritária ampla, estes dois partidos viram na postura de saírem sozinhos, por diferentes motivos, a possibilidade de aumentarem as suas chances de elegerem seus representantes para a assembleia legislativa paraense.

O PSOL, mesmo novo no sistema eleitoral e partidário brasileiro, começou sua trajetória de disputas eleitorais se utilizando das coligações, tanto nas eleições majoritárias, como na proporcional para a assembleia legislativa e o PCB foi o aliado de primeira hora. Neste sentido, mesmo sabendo do peso pequeno que o PCB teria no jogo eleitoral, o PSOL optou por coligar-se e, neste caso, a aliança se deu dentro do mesmo campo ideológico da esquerda. O PSTU manteve sua linha de não coligar-se, tanto nas eleições para governador como na proporcional para o parlamento paraense no ano de 2006.

O Quadro 3 nos mostra a classificação das quatro coligações formadas pelos partidos de esquerda no Pará, a partir da identidade ideológica entres as legendas que compuseram tais coligações nas eleições para a assembleia legislativa paraense em 2006. Os dados nos dão uma dimensão da estratégia utilizada na escolha dos melhores parceiros para a disputa eleitoral daquele ano e a

compreensão do contexto em que tais estratégias foram consolidadas no sentido de se alcançar alguns objetivos, entre os quais, a ampliação da base eleitoral da coligação e, com isso, a conquista de cadeiras no parlamento paraense.

QUADRO 3 – CLASSIFICAÇÃO DAS COLIGAÇÕES PROPORCIONAIS NAS ELEIÇÕES DE 2006, NO PARÁ.

PARTIDOS E COLIGAÇÕES PROPORCIONAIS NA ELEIÇÃO PARA A ALEPA EM 2006.		
Partido	Coligação	Classificação
PT	PT-PC do B-PRB	Inconsistente
PC do B	PT-PC do B-PRB	Inconsistente
PSB	COLIGAÇÃO MUDA PARÁ (PSB/PTN)	Inconsistente
PV	UNIDOS PELO PARÁ (PV/PRONA/PAN/PRTB/PHS/PTC/PRP/PT do B)	Inconsistente
PSOL	FRENTE DE ESQUERDA (PSOL/PCB)	Consistente
PCB	FRENTE DE ESQUERDA (PSOL/PCB)	Consistente

FONTE: A AUTORA DA PESQUISA, 2020.

Nas eleições de 2006, nos evidencia a figura acima, das quatro (04) coligações em que estiveram presentes os partidos de esquerda, três (03) delas foram classificadas como “inconsistentes”, do ponto de vista da proximidade ideológica dos partidos que compuseram tais coligações. Apenas uma delas foi considerada “consistente”, tendo em vista ter sido formada pelo recém-criado PSOL e pelo tradicional PCB, ambos dentro dos marcos da esquerda brasileira, na tentativa de criarem uma identidade à esquerda com o eleitorado paraense. O comportamento do PSOL em sua primeira eleição nos mostra que, apesar de novo, o mesmo já nasce sabendo da importância instrumental que as coligações exercem no processo eleitoral brasileiro, ou seja, não mostra resistência às coligações, e sim em relação aos parceiros que as compõem. No caso especial da coligação do PT, PC do B e PRB, esta foi considerada “inconsistente” pela presença do PRB, partido criado na legislatura de 2002 a 2006 sob o marco da bancada evangélica ligada à igreja Universal do Reino de Deus, ou seja, de um setor da sociedade brasileira, considerado conservador, e nada afinado com as demandas mais progressista da esquerda no país.

A predominância das coligações “inconsistentes” sobre as “consistentes”, entre os partidos de esquerda paraense, nos revela que a lógica pragmática tem sido muito mais levada em consideração na hora de fazer alianças eleitorais e que a

maximização do número de votos como princípio geral, esteve presente na lógica comportamental de todas as legendas. Esse fato pode ser verificado não somente nas escolhas feitas pelos partidos dos melhores parceiros para se enfrentar a disputa no mercado eleitoral, mas também na configuração de uma estratégia que possibilite aumentar os ganhos, o que leva à diminuição da conformação de alianças que apresentem qualquer tipo de resistência ideológica. Sendo assim, sem deixar de levar em consideração que a prática coligacionista, além de relacionar-se com o possível aumento no número de votos, também dá a possibilidade de relacionamento com os grupos ou partidos que estão ou estarão no comando do poder político. Dentro dessa perspectiva, é que a elites partidárias buscam, na montagem de suas estratégias, utilizarem as regras do jogo da melhor maneira a favor de seus partidos.

Neste sentido, expomos, na Figura 7, as coligações e conquistas dos partidos de esquerda na eleição para a ALEPA no ano de 2006, a fim de compreendermos o êxito ou não de suas estratégias coligacionistas.

FIGURA 7 – VAGAS CONQUISTADAS PELAS COLIGAÇÕES E PARTIDOS DE ESQUERDA NAS ELEIÇÕES DE 2006, NO PARÁ.

VAGAS CONQUISTADAS PELAS COLIGAÇÕES E PARTIDOS DE ESQUERDA NAS ELEIÇÕES DE 2006, NO PARÁ.		
COLIGAÇÃO/PARTIDO	VAGAS	VAGAS POR PARTIDOS
P T - PC do B- PRB	6	PT - 5, PRB - 1
FRENTE DE ESQUERDA (PSOL/PCB)	0	0
COLIGAÇÃO MUDA PARÁ (PSB/PTN)	1	PSB - 1
UNIDOS PELO PARÁ (PV/PAN/PRTB/PHS/PTC/PRP/PRONA/PT doB)	1	PV - 1
PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA	2	PDT - 2
PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADOS	0	0
PARTIDO POPULAR SOCIALISTA	1	PPS - 1

FONTES: REPOSITÓRIO DE DADOS DO TSE, 2006.

No processo eleitoral de 2006, os partidos de esquerda no Pará somados conquistaram dez (10) das onze (11) vagas que suas coligações conquistaram na ALEPA. Dos nove (09) partidos considerados de esquerda, cinco (05) conseguiram

alcançar representação no parlamento estadual. Das dez (10) vagas conquistadas pela esquerda, três (03) delas foram conseguidas por partidos que não compuseram nenhuma coligação e as sete (07) restantes ficaram distribuídas por três (03) coligações, do total de quatro (04), em que tais partidos estavam incluídos. A estratégia do PPS e PDT, de saírem sem coligar-se na eleição proporcional para a assembleia legislativa local, possibilitou a conquista de uma vaga pelo primeiro e duas pelo segundo. No caso da coligação entre PT, PC do B e PRB, das seis (06) vagas que a coligação conquistou, cinco (05) ficaram com o PT e uma com o PRB, o PC do B não conseguiu nenhuma vaga. O PV acabou conseguindo ficar com a vaga que sua coligação alcançou, e o PSB garantiu para si a única vaga conquistada na aliança com o PTN. O PSOL e o PSTU não conseguiram nenhuma vaga na disputa eleitoral de 2006.

No que cerne a uma comparação entre o número de partidos de esquerda, que disputaram a eleição de 2006, e os que alcançaram uma representatividade junto à assembleia legislativa local, podemos dizer que mais de cinquenta por cento (50%) alcançaram o seu objetivo de fazerem se representar em tal legislativo, tendo em vista que cinco (05), dos nove (09) partidos que disputaram a referida eleição proporcional, conquistaram pelo menos uma vaga na ALEPA. Ressaltamos ainda que setenta por cento (70%) das vagas conquistadas por tais partidos de esquerda ficaram distribuídas entre partidos que compuseram coligações proporcionais, ou seja, dos seis (06) que coligaram três (03) garantiram representação. Os outros trinta por cento (30%) ficaram entre os partidos que saíram sem coligar, onde, dos três (03) que não coligaram, dois (02) alcançaram o objetivo de conquistar representação junto à ALEPA. Neste sentido, com a manutenção mais ou menos estável do número de vagas e com a quantidade de partidos de esquerda que alcançaram representação, fazendo um comparativo com as eleições anteriores, podemos dizer que a estratégia coligacionista de tais partidos tem sido um dos fatores fundamentais que tem possibilitado aos mesmos alcançar representatividade eleitoral e, conseqüentemente, na assembleia legislativa do Pará.

3.5 AS ALIANÇAS PARA A DISPUTA ELEITORAL DOS PARTIDOS DE ESQUERDA NA BUSCA POR VAGAS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARÁ EM 2010 E SUAS CONQUISTAS

As eleições de 2010 no Pará foi um pleito em que, mais uma vez, PT e PSDB polarizaram a disputa majoritária pelo governo estadual. Contudo, a polarização se deu de maneira inversa ao que estávamos acostumados a ver, onde o PT ocupava o governo do estado e o PSDB fazia o papel de oposição que tentava retornar ao poder, depois da derrota na eleição de 2006. Dos partidos considerados de esquerda, entre os mais históricos e os neófitos que estavam em condições de participar das eleições no Brasil, somente o PPS, PSOL e PSTU não estavam no bloco governista, que abrigava, além da esquerda, vários partidos considerados de direita. Neste sentido, os partidos de esquerda que compunham a coligação governista tinham uma dezena de partidos em que poderiam negociar suas estratégias eleitorais e, conseqüentemente, levá-los a tirar vantagem do processo eleitoral. A Figura 8 nos dá essa dimensão em que os partidos de esquerda traçaram suas estratégias de alianças nas eleições de 2010.

FIGURA 8 – A ESTRATÉGIA DAS COLIGAÇÕES DOS PARTIDOS DE ESQUERDA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ NAS ELEIÇÕES DE 2010.

PARTIDO	LEGENDA	SIGLA	NOME DA COLIGAÇÃO
PARTIDO POPULAR SOCIALISTA	23	PPS	COLIGAÇÃO PPS/PSDC/PMN/PRTB/PRP
PARTIDO DOS TRABALHADORES	13	PT	FRENTE ACELERA PARÁ (PHS/PT/PP)
PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	65	PC do B	SEM COLIGAÇÃO
PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA	12	PDT	SEM COLIGAÇÃO
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	40	PSB	SEM COLIGAÇÃO
PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE	50	PSOL	SEM COLIGAÇÃO
PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO	16	PSTU	SEM COLIGAÇÃO
PARTIDO VERDE	43	PV	SEM COLIGAÇÃO

FONTE: REPOSITÓRIO DE DADOS DO TSE, 2010.

O PT e o PPS foram os únicos partidos de esquerda que fizeram coligação proporcional nas eleições de 2010. Ambos coligaram com partidos fora do espectro ideológico da esquerda, ou seja, na busca de se tornarem competitivos no processo eleitoral de 2010, tanto o PPS quanto o PT foram muito pragmáticos na formalização de suas alianças, o que corrobora a ideia de que as elites partidárias traçam suas estratégias na busca de maximizar o potencial de eleição dos candidatos de seus

partidos. Os demais partidos tais como: PDT, PSB, PC do B, PV, PSOL e PSTU saíram isolados nas suas coligações proporcionais para a assembleia legislativa do estado. As razões que levaram tais partidos a disputarem as eleições sem estarem coligados são múltiplas, que vão desde o potencial de determinado partido alcançar sozinho um número de votos o suficiente para que estes venham a conquistar vagas na assembleia legislativa do Pará, até a estratégia de potencializar lideranças no cenário político do estado, ou mesmo, uma opção política de cunho mais ideologizada.

Contudo, não podemos esquecer que, mesmo não se utilizando de estratégias pragmáticas na eleição proporcional, os partidos de esquerda, em sua maioria, com exceção do PSOL e PSTU, estavam inseridos num contexto pragmático de alianças políticas eleitorais. Neste sentido, há a constatação de que as alianças eleitorais formuladas pelos partidos de esquerda, primeiramente, têm buscado resultados eleitorais satisfatórios em detrimento de qualquer dimensão mais ideologizada em torno do ideário da esquerda. Sendo assim, não podemos deixar de destacar que a prática coligacionista dos partidos de esquerda vem aumentando, com estes cada vez mais propensos a disputar eleições em conjunto com outras forças políticas (KRAUSE, 2010).

Ainda, em Krause (2010), nos é revelado que, a medida em que cresce a opção dos partidos de esquerda em disputar as eleições em conjunto com outros partidos, cresce também, em número, as alianças que são constituídas fora das dimensões ideológicas dos mesmos, sejam nas disputas majoritárias e/ou proporcionais. No caso das análises feitas em nosso trabalho no contexto paraense, somente o PSTU foge às tendências apresentadas acima e o PSOL não tem ainda eleições disputadas em número suficiente para estabelecermos uma tendência comportamental por tal partido nos processos eleitorais brasileiro. Porém, é necessário ressaltar que, na eleição proporcional, o PDT, também durante o período analisado, não fez questão de qualquer coligação com outros partidos na busca por vagas na assembleia legislativa paraense. Diante do exposto, formulamos algumas conclusões a respeito dos dados do período estudado, e que serão mencionadas nas conclusões a respeito da política de aliança dos partidos de esquerda no Pará de 1998 a 2010.

Na disputa eleitoral de 2010, o PT, na sua aliança com o PP e o Partido Humanista da Solidariedade (PHS), foi o que mais conquistou cadeiras dos partidos

considerados de esquerda. Das nove cadeiras que sua coligação conseguiu, oito ficaram com os petistas, e uma com o PP. A coligação em que o PPS esteve conseguiu duas cadeiras, sendo uma para o próprio partido e a outra para o PMN. Dos demais partidos que resolveram sair sem se coligarem, os quais foram o PV, o PDT e o PSOL, todos conquistaram uma única cadeira na assembleia legislativa do Pará.

A eleição de 2010 para a assembleia legislativa do Pará é a que mais se diferencia, no que tange a participação dos partidos de esquerda em coligações eleitorais, em comparação aos pleitos passados. Em primeiro lugar, pelo fato de a maioria destas legendas estarem reposicionadas dentro do aparato governamental, já que, embora fosse um governo de coalizão cujos limites do eixo ideológico da esquerda tivessem em muito sido ultrapassado, o detentor do poder central era o PT, um partido historicamente considerado de esquerda. Dentro de tal contexto, em que estiveram os partidos de esquerda no processo eleitoral de 2010, é que expomos no Quadro 4, os dois (02) partidos que resolveram coligarem-se proporcionalmente na disputa de vagas para a ALEPA e classificamos dentro da terminologia de consistência de Schmitt (1999) apud Krause (2012), tais coligações construídas pelos mesmos.

QUADRO 4 – CLASSIFICAÇÃO DAS COLIGAÇÕES PROPORCIONAIS NAS ELEIÇÕES DE 2010, PARÁ.

PARTIDOS E COLIGAÇÕES PROPORCIONAIS NA ELEIÇÃO PARA A ALEPA 2010.		
Partido	Coligação	Classificação
PPS	COLIGAÇÃO PPS/PSDC/PMN/PRTB/PRP	Inconsistente
PT	FRENTE ACELERA PARÁ (PT/PP/PHS)	Inconsistente

FONTE: A AUTORA DA PESQUISA, 2020.

A eleição de 2010 no Pará, como nos mostra o Quadro 4, teve apenas dois partidos considerados de esquerda, à partir da literatura brasileira, e analisados em nosso estudo, praticando coligações na disputa proporcional para a assembleia legislativa local. O PT, pelo fato de ser governo por dentro da máquina, e o PPS, na oposição fora da esfera de governo. A reunião em torno de PT e PPS, ambos partidos fora da dimensão ideológica de esquerda, levaram a classificar na pesquisa as duas únicas coligações pelos partidos de esquerda na eleição daquele ano para a

ALEPA, como “inconsistentes”. No caso do PPS, as escolhas se deram no ambiente da coligação majoritária em torno do PSDB, em que aquele era o único partido considerado de esquerda a fazer parte desse bloco de partidos, fator que não deixou muitas opções de aliados na eleição proporcional para o legislativo local. Já para o PT, o fato de estar na máquina e apresentar uma lista competitiva de candidatos, tornou a potencialidade de atração de aliados mais difícil, no entanto, trouxe partidos como PP e PHS para sua aliança, ambos fora do espectro ideológico da esquerda, apresentando a possibilidade de fazer uma boa bancada e, conseqüentemente, esses partidos colocarem seus mais bem colocados quadros entre os eleitos.

Neste sentido, a eleição de 2010 apresentou uma tendência há muito perceptível também no comportamento dos partidos de esquerda no Brasil em relação à escolha de seus parceiros de coligação, mais precisamente a partir de 1994 segundo Krause e Godoi (2010), com a conformação, cada vez mais frequente, de alianças eleitorais com partidos fora do eixo ideológico da esquerda, ou seja, coligações “inconsistentes”. O que nos evidencia um comportamento pragmático, utilizado pelas elites partidárias numa tentativa de estabelecer a melhor estratégia que possam garantir a seus partidos ganhos eleitorais e, conseqüentemente, maior poder de influência junto aos governos e aos grupos detentores do poder político, com a eleição de representantes dos mesmos.

Neste sentido, a Figura 9 abaixo, nos mostra os resultados eleitorais dos partidos de esquerda na eleição de 2010 para a ALEPA em relação ao número de cadeiras conquistadas por eles e sua distribuição entre os mesmos.

FIGURA 9 – VAGAS CONQUISTADAS PELAS COLIGAÇÕES E PARTIDOS DE ESQUERDA NAS ELEIÇÕES DE 2010, NO PARÁ.

VAGAS CONQUISTADAS PELAS COLIGAÇÕES E PARTIDOS DE ESQUERDA NA ELEIÇÃO DE 2010		
COLIGAÇÃO/PARTIDOS	VAGAS	VAGAS POR PARTIDOS
COLIGAÇÃO PPS/PSDC/PMN/PRTB/PRP	2	PPS - 1, PMN – 1
FRENTE ACELERA PARÁ - PHS/PP/PT	9	PT - 8, PP - 1
PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - SEM COLIGAÇÃO	0	PC do B - 0
PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - SEM COLIGAÇÃO	2	PDT - 2
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - SEM COLIGAÇÃO	2	PSB - 2
PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - SEM COLIGAÇÃO	1	PSOL - 1
PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADOS - SEM COLIGAÇÃO	0	PSTU - 0
PARTIDO VERDE - SEM COLIGAÇÃO	1	PV - 1

Fonte: Repositório de Dados do TSE, 2010.

Na eleição de 2010 para a ALEPA, os partidos de esquerda no Pará apresentaram um comportamento diferenciado em relação aos pleitos anteriores, tendo em vista que a tendência, apresentada nas eleições anteriores, foi a de formalização de coligações proporcionais na disputa de vagas para aquela casa. Dos oito (08) partidos de esquerda que disputaram a eleição de 2010, apenas dois (02) se utilizaram de estratégias coligacionistas na disputa proporcional para o parlamento local, os quais eram o PPS e o PT, enquanto que os demais, PDT, PC do B, PSB, PSOL, PSTU e PV, resolveram sair isolados de qualquer coligação proporcional. O resultado da estratégia dos partidos em questão foi um crescimento no número de vagas conquistadas pelas legendas de esquerda na ALEPA na eleição de 2010. Em relação à eleição anterior, foram cinco (05) vagas a mais, ou seja, se na eleição de 2006 os partidos de esquerda conseguiram dez (10) vagas, no pleito de 2010, conseguiram quinze (15) vagas, o que aponta para uma certa estabilidade no número mínimo de vagas, que tais partidos somados tenham conseguido até aqui, que são dez (10) cadeiras na assembleia legislativa local.

As quinze (15) vagas conquistadas, pelos partidos de esquerda para a ALEPA em 2010, foram distribuídas, entre seis (06), dos oito (08) partidos considerados de esquerda que disputaram aquele pleito. Contudo, cabe ressaltar que, mais de sessenta por cento (60%) das vagas conquistadas por tais partidos nesta eleição, ficaram concentradas nas mãos de duas legendas, as únicas a estarem presente em coligações proporcionais, que foram as do PT e PPS. Juntos, PT e PPS ficaram com nove (09) das quinze (15) vagas alcançadas pela esquerda, em que o PT ficou com oito (08) das nove (09) vagas que sua coligação conquistou. Já o PPS ficou com uma das duas vagas conquistadas pela coligação em que estava presente. As seis (06) vagas restante estiveram distribuídas entre quatro (04) dos demais partidos, os quais eram o PDT, PSB, PSOL e PV, sendo que, o primeiro e o segundo ficaram com duas cadeiras cada e os dois últimos conseguiram uma vaga respectivamente.

No caso dos partidos de esquerda que coligaram na proporcional para a disputa de cadeiras na ALEPA, o PT, por estar sob o comando do governo do estado que disputava a reeleição, foi alavancado à conquista de oito (08) cadeiras com a ajuda da máquina governamental e de sua coligação com partidos de direita, no caso o PP. Já o PPS na oposição, teve êxito na conquista de uma cadeira através de uma estratégia bem articulada com o PMN. Mesmo reconhecendo o papel que a máquina governamental exerceu em favor do desempenho do PT, concluímos que os partidos que resolveram coligar tiveram um desempenho melhor que os demais partidos que resolveram sair isolados, tendo em vista um menor número de partidos, apenas dois (02), somados, terem conseguido mais de sessenta por cento (60%) das vagas conquistadas pelos partidos de esquerda na ALEPA em 2010. Contudo, cumpre ressaltar que nem por isso podemos destacar que a opção de saírem isolados, sem coligações pelos demais partidos, não foram exitosas dentro dos seus cálculos estratégicos para a disputa que travaram, uma vez que apenas dois (02), dos seis partidos que saíram isolados, não conseguiram alcançar vaga alguma, ficando as seis (06) vagas conquistadas de maneira isoladas nas mãos de quatro (04) partidos que garantiram assim sua representatividade na ALEPA. Desta forma, mesmo em menor número na eleição de 2010, a formalização de coligações proporcionais para a disputa por vagas para a ALEPA foi instrumento fundamental na conquista e aumento da presença dos partidos de esquerda nesta casa de leis do estado, uma vez que o maior número de cadeiras foi conquistado por

dentro das coligações que foram formalizadas e todas elas com partidos fora do eixo ideológico da esquerda, ou seja, inconsistentes. Esse dado nos revela um comportamento estratégico dos partidos que compuseram tais coligações pragmáticas, com o objetivo de se darem bem no jogo eleitoral para a ALEPA.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre as alianças praticadas pelos partidos de esquerda nas eleições para a ALEPA, no período de 1998 a 2010, teve como intuito responder a seguinte pergunta: qual a natureza estratégica das alianças eleitorais feitas pelos partidos de esquerda no Pará de 1998 a 2010? Partindo do pressuposto de que o conjunto de normas e instituições consolidadas no país acaba criando comportamentos para os atores políticos submetidos a elas, é que se buscou, na compreensão do sistema partidário e eleitoral brasileiro, as respostas para as questões que foram colocadas a respeito das estratégias construídas pelos partidos políticos de esquerda no Pará almejando a conquista de cadeiras no parlamento local.

Ao se tentar responder à pergunta de pesquisa proposta, o presente trabalho tratou de discussão sobre o sistema partidário de maneira geral a partir dos primeiros trabalhos que se tornaram clássicos na literatura sobre o tema, tais como: Duverger (1967) e Sartori (1982) e depois Downs (1999) e Michels (1982), a fim de estabelecermos uma compreensão mais clara do surgimento e desenvolvimento de um sistema partidário nos moldes da democracia e assim, analisar o caso brasileiro.

Perceber as nuances dentre os sistemas partidários é de fundamental importância para a análise. Para Maurice Duverger (1967), que foi um dos primeiros a abordar a ideia de sistema partidário e estabelecer as primeiras tipologias ao analisar países democráticos, diferenciando-os em bipartidários e multipartidários, o bipartidarismo seria o estado da democracia, já que, em decisões políticas não existe meio termo, apenas o pró e o contra, sendo o único tipo possível.

Já o multipartidarismo, na concepção de Duverger, (1967) tem que ter, no mínimo, três ou mais partidos no processo de disputa do poder do Estado, onde a representação política está distribuída em cadeiras do parlamento ou cargos políticos.

No entanto, Giovane Sartori (1982) questiona a classificação de Duverger (1967) dos sistemas partidários, em bipartidários ou multipartidários, baseados apenas nos critérios numéricos de análise e acrescenta a relevância ideológica dos partidos políticos. Desta forma, Sartori (1982) observa duas regras para medir o grau de relevância de um partido, que são: o potencial de realizar coalizões e o poder de chantagem dos partidos. Na primeira regra, um partido é considerado

irrelevante para uma coalizão sempre que entender, no decorrer do tempo, desnecessária a sua integração em qualquer coalizão majoritária possível. E é relevante quando, ao longo do tempo de formação, tem um possível potencial parlamentar. Na segunda regra, o grau de importância de um partido é mensurado pela experiência, pela aparência tática na competição partidária, no seu desempenho em jogar as regras do jogo, principalmente quando tem o poder de mudar os rumos da agenda do governo, numa disputa pelo poder. Enfim, Sartori (1982) acredita que o potencial de coalizão está relacionado com a coerência ideológica dos partidos políticos e a permissividade do sistema para que este venha a ser desempenhado.

Para Dows (1999), o partido político é uma associação de homens dos mais variados interesses que se unem no sentido de minimizar o custo da satisfação dos mesmos, portanto, a explicação que se dá para o surgimento de novos partidos está diretamente ligada ao fato de determinado número de eleitores não se verem representados em seus anseios imediatos nas agremiações já existentes. Por isso, é necessário que haja partidos de representação dos interesses mais imediatos junto ao poder político constituído.

Michels (1982) contribui com a análise do desenvolvimento dos partidos operários e compreende que é crucial a presença de representantes que possam assegurar a realização da vontade das massas, seja para dentro ou fora dos partidos políticos. É nessa arena, no grupo de liderança dos operários, que se encontra, mesmo nos grupos mais democraticamente formados, a delegação dos assuntos cotidianos até as mais importantes decisões a serem tomadas pela agenda do partido por indivíduos que fazem parte da agremiação partidária.

Rose e Mackie (1988 apud Braga, 2010) relembram o caráter dinâmico do processo de institucionalização, analisando a trajetória dos partidos e observando a permanência ou desaparecimento dos mesmos, no tempo, em determinado sistema partidário, via eleições disputadas. No conceito de institucionalização formulado por Rose e Mackie, destaca-se que, das condições primordiais para a sobrevivência de um partido, se desdobram três elementos caracterizadores do processo que indicam um grau em que os partidos estejam institucionalizados ou não, que são: a existência de uma organização competitiva no nível das eleições nacionais; a apresentação de candidatos às disputas eleitorais nacionais e, por último, a permanência dos partidos na competição por sucessivas eleições (BRAGA, 2010).

Desta maneira, observando o sistema partidário e eleitoral brasileiro, percebe-se que, assim como todo sistema eleitoral e partidário em qualquer lugar, estes foram pensados e construídos de forma a melhorar o processo de escolhas dos representantes, tornando-os mais transparentes e de fácil controle por parte da população. Contudo, Mainwaring (1991) já nos chamava a atenção para o fato de que os sistemas eleitorais são pensados segundo a lógica e interesses de quem os constroem, se não os favorecem diretamente, também não prejudicam ou interferem nos interesses dos mesmos.

Desta forma, o sistema eleitoral brasileiro, que surge com o período de redemocratização do País, legitima os partidos políticos como o elo de representação do cidadão com as esferas de poder político e, ao mesmo tempo, enfraquece os mesmos frente à uma classe política nacional, por conter algumas características, tais como o voto personalizado, que favorece a classe de parlamentares eleitos que se tornam em algum momento condutores dos negócios dos partidos.

A análise sobre os sistemas partidário e eleitoral brasileiro nos deu as condições para avaliarmos os impactos que algumas normas acabam exercendo no processo de participação dos partidos no jogo institucionalizado de disputas pelo poder político no País. Neste sentido, o voto preferencial é salientado por favorecer comportamentos que inviabilizam o fortalecimento dos partidos brasileiros, uma vez que o vínculo se dá diretamente entre eleitor e candidato, ficando o partido para segundo plano na relação de representação.

Outra característica do sistema eleitoral brasileiro, além do voto preferencial e a possibilidade de formalização de coligações proporcionais, e que existe de maneira informal, é a existência de subsistemas nos estados, o que Nicolau (1996) chamou de federalização do sistema eleitoral brasileiro, onde não há um padrão de comportamento nacional e sim, lógicas estaduais que alimentam e acirram as disputas eleitorais nos estados.

Neste seguimento, as decisões emitidas pelas elites partidárias de esquerda nas eleições para a assembleia legislativa do Pará no período de 1998 a 2010, no que se refere às alianças que desempenharam, foram construídas pautadas numa racionalidade e com o objetivo de se ter um bom desempenho eleitoral, onde os fatores ideológicos pouco interferiram na reunião de forças de orientação ideológica diferente das dos partidos de esquerda. Talvez a eleição que esteve mais perto de

representar essa dicotomia no seio das disputas políticas foi a eleição de 1998, quando havia de fato um bloco de partidos de esquerda com o discurso bem formulado de oposição às políticas de cunho neoliberais implementadas pelos governos tucanos nacionalmente, o que rebateu na realidade do estado, num primeiro momento por ser um governo também tucano e, depois, pelo fato de as mesmas políticas com medidas impopulares terem sido levadas adiante no contexto governamental paraense.

Nesta ótica, é que percebeu-se os partidos de esquerda no Pará, no que se refere ao jogo eleitoral, muito mais preocupados em como otimizar os recursos disponíveis dentro dos limites do jogo democrático, do que propriamente fazer embates ideológicos, e para tanto, procuram partidos mais alinhados com este campo de atuação, ou seja, de comportamento pragmático. Neste sentido, com exceção do PSTU e do recém-criado PSOL, este disputando apenas duas eleições estaduais, todos os demais partidos classificados de esquerda, cito PT, PDT, PPS, PC do B, PV e PCB estiveram em coligações majoritárias com partidos considerados de direita. Contudo, é fundamental ressaltar, na problemática que nos propusemos investigar que, dentre esses partidos, apenas o PDT não formalizou nenhum tipo de coligação proporcional no período estudado, seja no campo da esquerda ou da direita, embora estivesse presente em todas as eleições no Pará, formal ou informalmente, em coligações majoritárias que extrapolassem seu campo ideológico da esquerda.

Se essa for uma tendência, de que os partidos de esquerda tenham ultrapassado seus limites ideológicos na busca da melhor maneira de se fazerem competitivos no jogo democrático eleitoral, é natural que as diferenças entre os campos divergentes em que atuam percam notoriedade, o que, de outro ponto de vista é ruim, uma vez que o eleitor passa a ter cada vez menos controle sobre suas escolhas, já que não há como diferenciá-las de maneira qualitativa. Por outro lado, a disputa parece assumir um equilíbrio nas responsabilidades não apenas com o jogo democrático, mas também com a própria gerência dos governos e das políticas a serem desenvolvidas.

Como parte integrante do sistema político brasileiro, é aceitável que, no processo eleitoral para a ALEPA, os partidos busquem dentro dos limites das regras, estabelecer estratégias que favoreçam um crescimento na densidade eleitoral de tais partidos com o objetivo de os tornarem competitivos nas disputas eleitorais.

Neste seguimento, os partidos de esquerda no Pará não destoam do comportamento dos partidos brasileiros em geral quanto ao uso da coligação como instrumento que pode diminuir o trajeto a ser feito na busca por espaços de poder político. Mesmo que tais estratégias estejam dentro do mesmo campo de atuação, o que move os partidos no momento eleitoral é a lógica de maximização de suas votações, ou seja, de apoio eleitoral.

Olhando, tanto para a prática coligacionista ou de disputa das eleições para a ALEPA isoladamente pelos partidos de esquerda de 1998 a 2010, e comparando os resultados obtidos no que tange ao número de assentos que conquistaram naquela casa de leis, percebemos que das quarenta e seis (46) vagas conquistadas, somando todo o período estudado, vinte e oito (28) foram conseguidas com a formalização de coligações, enquanto que, as outras dezoito (18) de maneira isolada, ou seja, sem coligarem. Portanto, pode-se afirmar, que a prática coligacionista, dentro do universo de representantes eleitos para a ALEPA no período estudado, foi de fundamental importância para que os partidos de esquerda no Pará mantivessem um desempenho estável com tendência de crescimento da representatividade política na assembleia legislativa local.

Nesta sequência, chegamos a algumas conclusões referentes ao comportamento coligacionista dos partidos de esquerda nos processos eleitorais que disputaram no Pará, principalmente referentes às disputas proporcionais para a ALEPA no período de 1998 a 2010. A primeira é a de que os partidos de esquerda, no estado do Pará, seguiram uma tendência de participar de coligação nas eleições de forma cada vez mais frequentes, como ocorrera também a nível federal, segundo Krause e Godoi (2010), seja para os cargos majoritários ou como para proporcionais. A segunda é que essas composições de forças nas coligações proporcionais se deram, na maioria das vezes, no caso das disputas no Pará, a partir das disputas majoritárias que estabeleceram os limites para tais partidos formarem suas alianças proporcionais, o que possibilitou a identificação, tanto das alianças além da dimensão ideológica da esquerda, bem como, em alguns casos, restrita à mesma.

A terceira conclusão é percebida a partir da dicotomia ideológica esquerda e direita em que, se utilizando da terminologia de autores que se debruçaram na elaboração de um padrão de análise para a tipologia das coligações em termos de consistência e inconsistência, confirmou-se que as coligações eleitorais

formalizadas pelos partidos de esquerda para a ALEPA no período estudado de 1998 a 2010 foram, em sua maioria, “inconsistentes”. Desta forma, concluímos que o comportamento de tais partidos no Pará, no que se refere à eleição para o parlamento paraense, obedeceu, de maneira geral, uma lógica pragmática de alianças com o objetivo de se tornarem competitivos na arena eleitoral, o que demonstra uma profissionalização das elites partidárias com o objetivo de tirar melhor proveito das regras do jogo em favor de suas estratégias, como atalhos mais seguros na tentativa de alcançar o maior número de representação possível no parlamento local, pois, mesmo com a possibilidade de seguir outras estratégias, inclusive a de aproximação ideológica, preferiram coligações que assegurassem número de votos, independente de seus desdobramentos. Esse fato foi confirmado através da comparação do número de cadeiras conseguidas pelos partidos de esquerda quando coligados e/ou isolados, onde se verificou, que coligados, tais partidos conquistaram mais vagas na ALEPA.

À vista disso, concluímos também que a lógica que predominou no processo coligacionista dos partidos de esquerda no Pará entre 1998 e 2010 para a assembleia legislativa do Pará, foi a de um comportamento altamente pragmático em suas estratégias institucionalizadas dentro do sistema eleitoral brasileiro. Este comportamento foi generalizado para todo o período estudado, pelo fato de que em todas as eleições foram identificadas alianças que ultrapassavam os limites do espectro da esquerda, e todas elas levando a uma associação com partidos considerados de direita, não ocorrendo nesse período, nenhuma aliança tida como meio- consistente, ou seja, de partidos de um dos extremos esquerda e/ou direita com os que ocupavam uma posição intermediária a essa dicotomia, e apenas duas se enquadraram na terminologia consistente num universo de doze (12) coligações formalizadas.

Embora o número de disputas isoladas, ou seja, sem coligação para a ALEPA tenha sido maior do que as de disputas coligadas, a maioria dos partidos realizaram coligações proporcionais durante o período estudado, o que demonstra que, além de uma escolha racional, a formalização de coligações é algo conjuntural, ou seja, imersa em contextos específicos. As únicas exceções foram o PSTU e o PDT, o primeiro saindo isolado no majoritário e na proporcional, já o segundo, embora se coligando, mesmo que informalmente numa determinada eleição, na majoritária, disputou isoladamente todas as eleições proporcionais para a ALEPA.

Desta forma, percebeu-se que ocorria uma rotatividade dos partidos que formalizavam essas alianças de eleição para eleição entre seus aliados que melhor estavam situados dentro de uma visão estratégica e racional para se diminuir os possíveis custos da eleição de representantes pelos partidos. Considera-se necessária outras classificações para as agremiações no intuito de se distinguir características, até entre partidos no mesmo campo ideológico, mas que ampliariam as formas de análise dos mesmos. Sendo assim, mesmo dentro do mesmo bloco ideológico, as alianças que tiveram só os partidos de esquerda como atores devem ser entendidas como estratégia ideológica, pois se conformaram na mesma lógica de maximização do apoio eleitoral por parte da sociedade, nos processos eleitorais.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **Estado, Poder e Governo**. In: Estado, Governo e Sociedade. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, original de 1985, 1995.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. **Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 4, 2010. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/download/1704/1500>. Acesso em: 23/04/2018.

BUDGE, Ian; ROBERTSON, David; HEARL, Derek. **Ideologia, Estratégia e Mudança Partidária: Análises Espaciais de Programas Eleitorais Pós-Guerra em 19 Democracias**. Cambridge University Press, 1994.

CARREIRÃO, Y. S; NASCIMENTO, F. P. **As Coligações Nas Eleições Para o Senado Brasileiro**. In: KRAUSE, S; DANTAS, H; MIGUEL, L. F. Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

DANTAS, Humberto. **O caráter essencial da Educação Política e o desenvolvimento da democracia no Brasil**. In: Cadernos Adenauer XI (2010), nº3: Educação Política: reflexões e práticas democráticas. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, agosto 2010.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Ed. Guanabara, 1967.

KRAUSE, S. & GODOI, P. P. **Coligações Eleitorais para os Executivos Estaduais: Padrões e Tendências**. In: KRAUSE, S; DANTAS, H; MIGUEL, L. F. Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

KRAUSE, S., & Godoi, P. P. A. Estratégias coligacionistas dos partidos de esquerda no Brasil: Uma análise das eleições para governadores (1986-2010). **Civitas** - Revista De Ciências Sociais, 12(2), 262-297. 2012. Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2012.2.11929>. Acessado em: 26/07/2018.

LAMAS, E., L., M. Tarujo , et. Al. **Contributos para uma metodologia científica mais cuidada**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

LAVAREDA, Antônio. **A Democracia nas Urnas: o Processo Partidário Eleitoral Brasileiro**. Rio de Janeiro: IUPERJ: Rio Fundo Editora, 1991.

LAVER, M. & HUNT B. **Política e Competição Partidária**. Nova Iorque: Routledge, 1992.

LIJPHART, Arend. **Modelos de Democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

LIMA JR, O. B. **Os Partidos Políticos Brasileiros: A Experiência Federal e Regional: 1945/64**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

MACHADO, Carlos Augusto Mello; MIGUEL, Luis Felipe. **Coerência, coesão e consistência: uma proposta de tipologia para coligações municipais**, In: VI Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Campinas, 2008.

MAINWARING, Scott; BRINKS, Daniel; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. **Classificando Regimes Políticos na América Latina, 1945-1999**. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Textos & Formas, pp. 645 a 687, Vol. 44, nº4, 2001.

MAINWARING, S. **Políticos, Partidos e Sistemas Eleitorais: O Brasil Numa Perspectiva Comparativa**. *Novos Estudos Cebrap*, n. 29, 1991.

MARCHETTI, Maurício. **A atuação da OCDE no direito internacional e suas relações com o Brasil**. 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 3.ed. 1996.

MELO, Carlos Ranulfo. **Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na câmara dos deputados (1985-2002)**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1 ed. 2004.

MELO, Carlos Ranulfo; NUNES, F. **Ideologia e distância de preferências: uma comparação dos governos Lagos e Lula**. In: Magna Inacio; Lúcio Rennó (org). *Legislativo brasileiro em perspectiva comparada*. 1 ed. v.i.p.381-407. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

MICHELS, Robert. **Os Partidos Políticos**. Brasília: UNB, 1982.

MIZUCA, Humberto Dantas de. **Coligações em eleições majoritárias municipais: a Lógica do Alinhamento dos Partidos Políticos Brasileiros nas Disputas de 2000 e 2004, volume 1**. Universidade de São Paulo; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Departamento de Ciência Política; Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas. São Paulo, 2007. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-26022008-141714/pt-br.php>. Acessado em: 04/07/2019.

NICOLAU, J. **Uma Análise das Eleições Presidenciais de 2002 Usando Regressão Logística**. *Revisão da Ciência Política Brasileira*, vol. 1, n. 1, p. 125-135, 2007.

NICOLAU, Jairo Marconi & SCHMITT, Rogério Augusto. **Sistema Eleitoral e Sistema Partidário**. Lua Nova, São Paulo, n. 36, p. 129-147, 1995.

NICOLAU, J. M. **Multipartidarismo e Democracia: Um Estudo Sobre O Sistema Partidário Brasileiro (1985-94)**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e Social-Democracia**. São Paulo. Companhia das Letras, 1989.
SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistemas Partidários**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SIQUEIRA, Edir Veiga. **Formato e evolução do sistema partidário eleitoral e parlamentar do Pará: uma análise comparada (1945-1962 e 1986-1998)**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, IUPERJ/UFPA, Belém, 1999.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. **Estado e Partidos Políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

TAROUÇO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. **Partidos, Programas e o Debate sobre Esquerda a Direita no Brasil**. Revista de Sociologia e Política, v. 12, n. 45, p. 149-165. Curitiba, 2013.

TAROUÇO, Gabriela da Silva. **Institucionalização Partidária no Brasil (1982-2006)**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 4, 2010.